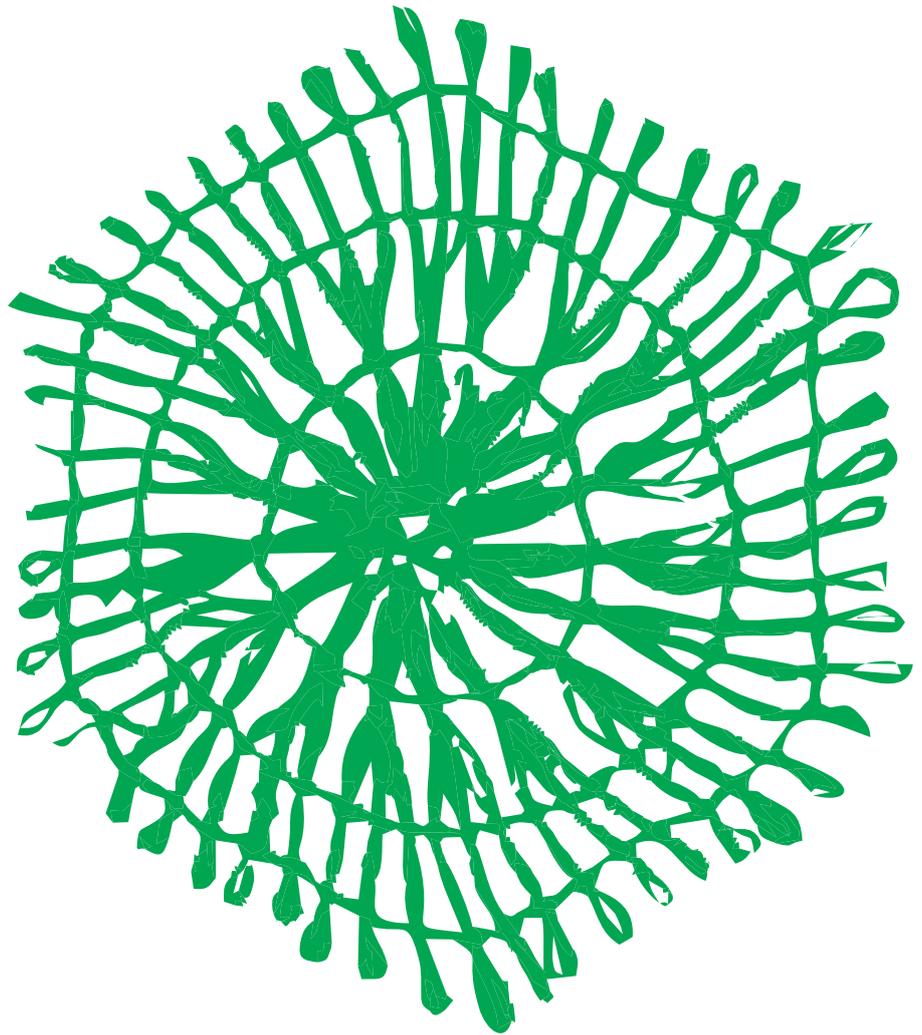


DOCUMENTO



DOCUMENTO

Relatório antropológico da Inspeção Judicial em áreas das fazendas Ouro Preto, Cristalina e Ipanema, e na comunidade indígena (aldeia) Taunay-Ipegue, em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, Brasil*

NOÊMIA DOS SANTOS PEREIRA MOURA**

RESUMO

O presente trabalho corresponde a um relatório antropológico de inspeção judicial, produzido em 2010 para a Justiça Federal na cidade de Campo Grande. O estudo incide sobre a área reivindicada por uma comunidade terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Taunay-Ipegue, localizada no município de Aquidauana, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.

Palavras-chave: Laudos antropológicos, Índios Terena, Terra Indígena Taunay-Ipegue.

ABSTRACT

The present article represents an anthropological report de judicial inspection, produced in 2010 to the Federal Court in Campo Grande city. The study focuses on the area claimed by Terena indigenous community to expand the boundaries of Taunay-Ipegue Indian Reservation, located in Aquidauana County, State of Mato Grosso do Sul, Brazil.

Keywords: Reports anthropological to Federal Court, Terena Indians, Taunay-Ipegue Indian Reservation.

RESUMEN

El presente trabajo es un informe antropológico de inspección judicial, producido en 2010 a la Justicia Federal en la ciudad de Campo Grande. El estudio queda centrado en un área reclamada por una comunidad indígena Terena para ampliación de los límites de la Tierra Indígena Taunay-Ipegue, ubicada en Aquidauana, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.

Palabras clave: Informes antropológicos judiciales, Indios Terena, Tierra Indígena Taunay-Ipegue.

No presente relatório, elaborado na condição de assistente técnica da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), apresento considerações gerais sobre a Inspeção Judicial coordenada pela juíza federal substituta Raquel Domingues do Amaral Corniglian, no qual respondo aos quesitos do Juízo e da FUNAI na Ação Ordinária nº. 3009-41.2010.403.6000. O texto consta desenvolvido em três partes: 1) Considerações gerais sobre a Inspeção Judicial; 2) Quesitos da juíza federal substituta Raquel Domingues do Amaral Corniglian, de 13/08/2010; e 3) Quesitos da FUNAI.

* O presente trabalho foi elaborado em 2010, sob forma de parecer para Justiça Federal em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, na condição de assistente técnica da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), referente à Ação Ordinária nº. 3009-41.2010.403.6000, na qual Nilton Lippi e outros são Autores e a FUNAI ré. Os trabalhos de campo foram realizados no período de 20 e 23/09/2010 no município de Aquidauana, estado de Mato Grosso do Sul.

** Professora Adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados, onde atua nos cursos de graduação em Ciências Sociais e Licenciatura Indígena, e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt). Email: noemiamoura@ufgd.edu.br.

PRIMEIRA PARTE

Considerações Gerais sobre a Inspeção Judicial

[...] Quem viaja pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que corta a região, pode vê-los de enxada à mão trabalhando nos roçados, montados a cavalo cuidando do gado de algum fazendeiro, nas turmas de conservação da própria estrada ou, mais raramente, vendendo abanicos de palha de carandá nas estações. O difícil é identificá-los como índios, uma vez que se vestem, se penteiam, trabalham e vivem como os sertanejos pobres da região. [...] Para saber que são indígenas é preciso falar-lhes ou ouvir a gente da região, sempre pronta a identificá-los e a apontar múltiplas singularidades negativas que, a seus olhos, os fazem apartados [...]. (Darcy Ribeiro, julho de 1959 *in* Cardoso de Oliveira, 1976)

A situação de Inspeção Judicial possibilitou um breve olhar sobre as Fazendas Ouro Preto e Cristalina, bem como a respeito da Terra Indígena Taunay/Ipegue, localizada no município sul-mato-grossense de Aquidauana. Na ocasião, a juíza substituta Raquel Domingues do Amaral Corniglian e os seus acompanhantes puderam falar aos Terena, ver como se vestem, se penteiam, trabalham e vivem, tal como diz ser necessário o autor da epígrafe acima destacada, escrita na década de 1950. Contudo, apesar de tamanho esforço para falar e ouvir ambas as partes – autores e réus –, esta situação é rasa em comparação com um estudo mais aprofundado de estudo para a produção de relatório de identificação de uma terra indígena, onde haveria um grupo técnico composto por diferentes estudiosos

e muito mais tempo para ser desenvolvido. “Índios, assim, tão pouco indígenas”, como diria Darcy Ribeiro, precisam de uma atenção maior dos etnólogos, historiadores e arqueólogos, para desnudarem as singularidades de sua cultura e demonstrar porque os Terena reivindicam a ampliação de seu território para continuar reproduzindo seu modo de ser e de existir.

Neste sentido, a Inspeção Judicial apresenta-se como um instrumento jurídico importante, porém a tensão e a ansiedade produzidas nessa situação, principalmente para os indígenas, é muito intensa. Além do mais, os caciques que acompanharam os trabalhos são relativamente jovens e, por isso, a todo o momento nos remetiam aos mais velhos de suas aldeias, como aqueles que guardam o conhecimento mais profundo sobre a cultura, a composição e a organização de seu território tradicional e de sua territorialidade. A territorialidade é concebida aqui como a forma de configuração da espacialidade destinada à reserva e ao seu entorno, e o relacionamento dos Terena com o território, o qual para eles não foram recortados por fronteiras tal como os concebe os não indígenas. Feita essa breve consideração da situação produzida por esse instrumento judicial, traçarei uma visão panorâmica do que foi feito nos dois dias de campo e em seguida passarei a responder cada um dos quesitos elaborados pela referida juíza federal e pela Procuradoria da FUNAI.

No primeiro dia, **20/09/2010**, segunda-feira, todo o grupo se reuniu no Posto Pioneiro, ponto mais próximo do local de Inspeção, próximo à cidade de Aquidauana. Fomos

orientados que primeiro seriam visitadas as fazendas e, posteriormente, a terra indígena. Os dois primeiros dias seriam para as fazendas Ouro Preto, Cristalina e Ipanema, e o terceiro para Terra Indígena Taunay/Ipegue. Fomos para a sede da Fazenda Ouro Preto. A juíza federal substituta Raquel Domingues do Amaral Corniglian, responsável pela Inspeção Judicial, reuniu a todos e deu liberdade para falar, gravar, filmar e fotografar o que fosse do interesse de cada um. Solicitou que, ao final dos trabalhos, todo o material produzido fosse entregue a sua assistente para ser anexado ao Processo. Acompanhando a juíza estavam dois assistentes técnicos, Prof. Dr. Andrey Cordeiro Ferreira (antropólogo) e Prof. Hidelbrando Campestrini (historiador).

Da parte dos Autores, estiveram presentes o advogado Guilherme Ramão Salazar, o Prof. MSc. Hilário Rosa, que se apresenta como mestre em História e Antropologia, José Lippi, Nilton Lippi, bem como um casal da família Lippi representando os atuais titulares das terras. Da parte da Ré estavam os procuradores federais Adriana Rocha e Tiago José Figueiredo Silva, a assistente técnica Profª. Dra. Noêmia dos Santos Pereira Moura, o engenheiro Ricardo Hadadd, o Coordenador Técnico local Reinaldo Martinez e o funcionário da FUNAI jornalista Geraldo Duarte Ferreira. Pelo Ministério Público Federal estavam presentes o procurador da república Emerson Kalif Siqueira e o assistente técnico Dr. Jankley (antropólogo). Representando as comunidades estavam os sete caciques: Aldeia Imbirussú – Jurandir Lemes; Aldeia

Lagoinha – Alserly Marques Gabriel; Aldeia Água Branca – Isaias Francisco; Aldeia Morrinho – Agostinho Francisco; Aldeia Bananal – Carlos Hortêncio; Aldeia Ipegue – Alvisuri Gonçalves; Aldeia Colônia Nova – Oto.

Em seguida, iniciamos a verificação da infraestrutura da fazenda Ouro Preto (sede: casas, mangueiros, cercas, galpões, pasto formado). Esses locais foram fotografados e filmados, enquanto os diálogos se davam entre os presentes, sob o acompanhamento da juíza federal substituta. Nessa primeira fazenda percebe-se que o mangueiro é bem recente e foi construído pelos atuais proprietários e Autores da Ação. A juíza foi informada pelo cacique Jurandir Lemes, 40, da Aldeia Imbirussú, que o mesmo acompanhara seu pai, quando tinha aproximadamente uns doze anos (mais ou menos 28 anos atrás), quando foi construída aquela cerca para o atual proprietário José Lippi. A informação foi confirmada pelo fazendeiro. Outra lembrança do cacique Terena foi que antes de construir o mangueiro novo era usado um antigo mangueiro (apontou o local onde se situava a construção), feito pelos Terena na época do gaúcho Antônio Bueno, casado com a Terena Paulina Jatobá, cuja família morava e ainda mora na T.I. Taunay/Ipegue. O senhor José Lippi também confirmou esta outra informação.

Essas informações demonstram que, possivelmente, quando a fazenda Ouro Preto pertencia ao proprietário anterior aos Lippi, as divisas existentes não eram demarcadas por obstáculos físicos, ou seja, as cercas. As incursões dos Terena entre a reserva indígena

e as fazendas eram constantes. Segundo o cacique Jurandir, os Terena se banhavam em uma vazante que passava no meio do pasto da fazenda Ouro Preto e interligava as aldeias Imbirussú e Água Branca. No momento da Inspeção Judicial, o fazendeiro José Lippi informou que fora mantida a mata no entorno da vazante, mas a mesma desaparece na época da seca. O cacique Alvisuri, da aldeia Ipegue, informou que a vazante recebia o nome de Água Branca quando passava por aquela aldeia. A juíza questionou se tinha um nome Terena para a vazante, mas nenhum dos presentes soube responder a pergunta. Outra pergunta feita pela juíza ao cacique Jurandir foi sobre uma cerca que separa uma área da aldeia de outra, na divisa com a fazenda Ouro Preto. Essa referida área está na posse do Terena Evandir Jatobá, porém pertence à T.I. Taunay/Ipegue. É dividida, segundo Jurandir Lemes informou, para evitar que o gado passe para o outro lado e estrague a lavoura de feijão ou de milho, conforme o período. Sobre a diferença entre a cerca indígena e a não indígena, o cacique Jurandir explicou que os Terena não possuem as máquinas para industrializar os postes e por isso os utilizam tal como são encontrados na natureza (sem lapinar e por vezes um pouco tortos). O arame ainda é farpado, pois o liso é mais caro.

Em boa parte da divisa entre a Aldeia Imbirussú e as fazendas Ouro Preto e Cristalina, observa-se do lado da aldeia a conservação de mata de cerrado, que apresenta vestígios de fogo na forma de incêndio, enquanto do lado das fazendas o solo é coberto por pasto. Há uma pequena

reserva de mata na fazenda Cristalina na parte que limita com a Aldeia Imbirussú e a fazenda Esperança 2. Acompanhando as cercas que limitam as fazendas Ouro Preto e Cristalina, seguimos até a divisa das fazendas Cristalina, Esperança 2 e a Aldeia Lagoinha, onde está localizado mais um marco de Rondon, na margem da vazante *Tumiku*, segundo informou o Cacique Alseriy da Aldeia Lagoinha. A vazante está localizada na área da Fazenda Cristalina. *Tumiku* em português significa *domingo*. Corresponde também ao nome de uma das aldeias Terena descritas pelo antropólogo Altenfelder Silva, em sua obra *Mudanças Culturais Terena*, publicada pelo Museu Paulista em 1949. Em seu texto o autor destaca:

Pouco após a campanha do Paraguai, habitavam os Terena, segundo eles próprios informam, as seguintes aldeias: *Ipegue* (em área compreendida entre as atuais aldeias de Ipegue e Bananal); *Imokovookoti* (nas imediações da atual aldeia de Cachoeirinha); *Tuminiku* (nas proximidades da atual aldeia de Bananal); *Coxi* (próxima ao córrego de Taquarí); *Naxe-Daxe* (nas proximidades do córrego do mesmo nome); *Háokoé* (nome Terena para a fruta do pindó; situava-se a aldeia a uma légua de *Tuminiku*); *Moreira* e *Akuleá* (ambas nas proximidades de Miranda); *Kamakuê* (próxima à atual aldeia de Duque Estrada); *Brejão* (próxima a Nioaque); *Limão Verde* (próxima a Aquidauana); *Cerradinho* (na área do atual Município de Campo Grande). Nessa época estimavam-se os Terena entre 3 e 4 mil. (Altenfelder Silva, 1949: 281)

A área da Aldeia Imbirussú, anteriormente a sua fundação, pertencia a Aldeia Bananal.

A Aldeia *Tuminiku* recebia o nome do córrego ou vazante, que hoje é lembrado como *Tumiku* pelos anciãos Terena. Possivelmente, Altenfelder Silva tenha registrado incorretamente o nome da aldeia. Essa informação nos leva a deduzir que a Aldeia citada pelo autor esteja em terras da fazenda Cristalina. Cristalina é conhecida pelos Terena como *Pokoó*, segundo Evandir da Silva, 58, e Ignêz Jatobá Bueno, 70 (filha registrada em cartório por Antônio Bueno e Maria Jatobá). *Pokoó* e Mangava pertenciam a Antônio Bueno. Área que segundo Ignêz Bueno e Evandir da Silva era toda povoada pelos Terena de sua família. Os Terena supracitados se lembraram do cemitério que havia em *Pokoó*. Nesse cemitério estavam enterrados seus parentes: José Jatobá e *Poekcho* (pai e mãe de Paulina e Maria Jatobá); Andreлина Jatobá (irmã de Paulina Jatobá e tia de Ignêz Jatobá Bueno) e seu marido Totó; as crianças Bruno e Carlos da Silva (irmãos do ex-cacique de Imbirussú Evandir da Silva). Afirmaram ir cultuar seus familiares mortos a cada ano no Dia de Finados. Iam acender velas naquele local, mas há uns cinco anos atrás o cemitério foi destruído pelo fazendeiro José Lippi e tudo virou pasto. O ex-cacique Evandir diz saber a localização exata do referido cemitério (depoimento de Evandir Silva, Arquivo 21, 22/09/2010).

Concluída a vistoria dos marcos de divisa entre as fazendas dos Autores e a Terra Indígena Taunay/Ipegue o grupo foi conduzido pelos fazendeiros até a sede da fazenda Cristalina, que para os Terena é a antiga *Pokoó*. O Autor José Lippi mostrou as

benfeitorias da fazenda (sede, mangueiros, cercas, galpões) que foram documentadas pelos presentes em fotografias e filmagens. O cacique Jurandir, pedindo a atenção da juíza, informou que o mangal – plantação de mangueiras – (apontou na direção do mesmo) por todos vistos, fora plantado por Aparício Bueno, um dos filhos de Antônio Bueno, que continuou na fazenda após a venda do comodato para outro fazendeiro. A juíza questionou o que o cacique entendia por comodato. Jurandir respondeu que era a venda da posse pelo Aparício Bueno daquele lugar. Jurandir lembrou também do cemitério, o qual citamos anteriormente na fala de Ignêz Jatobá Bueno (depoimento de Ignês Bueno Castro, arquivo 27, 23/09/2010) e seu meio irmão Evandir Silva (Aldeia Imbirussú). José Lippi reconheceu a existência de algumas cruzeiros no pátio da fazenda, mas afirmou não se lembrar de nenhum Cruzeiro. Admitiu ter gradeado todo o pátio, afirmando que os Terena não visitavam o referido local. A juíza questionou aos caciques sobre a lembrança de algum ritual de culto aos mortos naquele local. Os presentes não se recordaram, mas afirmaram que os anciãos das suas aldeias possivelmente se lembrariam. O cacique Jurandir lembrou que o Dourival Bueno, filho de Antônio Bueno, residente no Distrito de Taunay, poderia confirmar o relato, bem como o Terena Luiz Bueno, filho de Aparício Bueno. A juíza manifestou interesse em conversar com Dourival Bueno no dia seguinte, quando fossem na Terra Indígena Taunay/Ipegue e pediu para ser conduzida ao local do referido cemitério. Nenhum dos presentes soube identificar com exatidão o local, mas apontou-se o entorno

da localização.

Naquele momento o advogado Salazar, representante dos Autores, solicitou ouvir dos assessores técnicos informações sobre a presença Terena na atual área de Taunay/Ipegue. A juíza abriu espaço para algumas falas. Hilário Rosa fez um longo discurso, seguido pelo antropólogo Andrey Cordeiro Ferreira e pela assistente técnica da FUNAI, Noêmia dos Santos Pereira Moura. Foi dada a palavra aos caciques, porém somente um deles reafirmou em linhas gerais que toda a extensão reivindicada pertence aos Terena desde antes da Guerra do Paraguai (1864-1870). Afirmou ser tudo aquilo que está no relatório do antropólogo Gilberto Azanha, produzido para a FUNAI.

Após a inspeção das benfeitorias realizadas pelos proprietários, anteriores e atuais, foram anotados em ata os dados referentes ao período em que foram construídas as mesmas, que tipo de material foi usado, entre outras informações. Os fazendeiros apresentaram ao grupo os limites das fazendas com a terra indígena. Os limites foram identificados como “marcos de Rondon” (aqueles confeccionados em madeira do tipo aroeira) e “marcos recentes” (aqueles de concreto que foram aviventados na década de 1990). O percurso foi realizado de carro e em cada parada abria-se o diálogo entre a juíza e os fazendeiros, a juíza e os indígenas e os demais presentes entre si e com os demais. Dessa forma, foram vistoriadas as duas fazendas no primeiro dia. As fazendas Ouro Preto e Cristalina fazem divisa com a Aldeia Imbirussú e a Aldeia Água Branca, pelo que pudemos constatar em campo.

Ao final da tarde, nos reunimos novamente no Posto Pioneiro para que fosse lavrada e aprovada a ata daquele primeiro dia de trabalho. Ficou registrado em Ata a retirada da Fazenda Ipanema da Ação movida pelos Autores e o acatamento da solicitação pela Procuradora representante da FUNAI, Adriana Rocha. O Ministério Público Federal, representado pelo procurador Emerson Kalif, também acatou a solicitação de retirada. A juíza ficou de encaminhar o assunto para a União, que não estava ali representada por seu Procurador. Todos os presentes ouviram a leitura da ata, procederam às correções e assinaram reconhecendo seu conteúdo.

O segundo dia, **21/09/2010**, foi destinado a Inspeção Judicial na Terra Indígena Taunay/Ipegue. Foram visitadas apenas quatro das sete aldeias atualmente reconhecidas pela FUNAI e pela FUNASA (Fundação Nacional de Saúde). Salientamos que a Terra Indígena Taunay/Ipegue no início do século XX, 1905, era denominada Reserva. Naquele contexto de primeira República o sul do estado de Mato Grosso era povoado por várias etnias – Guató, Guaikuru, Terena, Kinikinao, Bororo e Xamacoco, entre outras (Sganzerla, 1992) e por bem poucos não indígenas. A partir da territorialização Terena nas primeiras reservas – Cachoeirinha e Ipegue – as lideranças indígenas começaram a se reorganizar no novo território. As aldeias foram fundadas à medida que os indígenas sentiam a necessidade de consolidar um outro assentamento dentro da reserva. Geralmente as aldeias nasceram no local onde algumas famílias destacadas socialmente (*troncos velhos*) plantavam

suas roças. Com o tempo o *tronco velho* se mudava para mais perto de suas roças e ali ia aglutinando seus filhos e demais parentes. O antropólogo Levi Marques Pereira (2009) aprofunda mais o estudo de formação de aldeias Terena na Terra Indígena Buriti, conforme consta em *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*, publicado pela Editora da UFGD.

Segundo Pereira, a denominação *aldeia* para os agrupamentos Terena, possivelmente, surgiu de uma necessidade dos não indígenas (governantes e fazendeiros), uma vez que as lideranças indígenas se referem aos seus territórios como setores ou ainda por um nome na língua terena (*Pokoó, Tuminiku, Naxe-Daxe*), sem nenhum outro adendo. A categoria aldeia é usada pelos caciques somente na comunicação com os não indígenas. Para o autor, “O mais provável é que várias dessas localidades nomeadas como aldeias fossem ocupações de grupos locais, que os Terena denominam de tronco, ou em certos casos reunissem um grupo de troncos aproximados por relações de parentesco e aliança política” (Pereira, 2009: 52-53). Dessa feita, em 1915 o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) se estabelece na Terra Indígena Taunay/Ipegue através do Posto Indígena Taunay, na Aldeia Bananal. As lideranças da Aldeia Ipegue também reivindicaram um Posto Indígena para sua comunidade.

Naquele contexto, os cargos de capitão e de chefe de posto eram fontes de prestígio para os Terena. Internamente, os Terena constituíram as fronteiras entre o território do

Posto Indígena de Taunay e o Posto Indígena de Ipegue. Sob o controle e estrutura do Posto Indígena de Taunay estão as aldeias Bananal, Lagoinha, Água Branca, Morrinho e Imbirussú, enquanto o Posto Indígena de Ipegue atende as aldeias Ipegue e Colônia Nova.

Retornando à Inspeção, após o fechamento desse parêntese, os caciques nos conduziram até a Terra Indígena de Taunay/Ipegue. A primeira aldeia visitada foi Imbirussú que limita com as fazendas Ouro Preto e Cristalina. Em seguida, visitamos as aldeias Lagoinha, Bananal e Ipegue. As demais aldeias Água Branca, Morrinho e Colônia Nova não foram objeto dessa Inspeção.

Duas situações foram marcadas pelos caciques: 1) a falta de água corrente na Terra Indígena Taunay/Ipegue e o abastecimento de água feito totalmente pela FUNASA, através de poços artesianos, que não cobrem mais as necessidades da população de cada aldeia; 2) a falta de espaço para reproduzir o modo de ser e existir Terena. A juíza concentrou sua atenção e suas perguntas em duas situações: 1) o que se produz e o que pode ser produzido dentro da área atual da Terra Indígena Taunay/Ipegue; 2) o que os Terena fariam com a Terra Indígena ampliada. Na Aldeia Imbirussú, o cacique Jurandir Lemes apresentou a Escola Indígena, na qual leciona professores Terena e funciona um posto de saúde. A juíza perguntou quantos alunos e turmas têm na escola e qual é a população da Aldeia. O cacique remeteu as perguntas ao professor, pois o agente de saúde estava ausente. São duas turmas, uma em cada turno, com aproximadamente 37 alunos,

pelas informações prestadas pelo professor.

Segundo os dados da FUNASA, pesquisados pela assessoria técnica da FUNAI, a população atual da Terra Indígena Taunay/Ipegue é de 4.161 habitantes, sendo que a Aldeia Imbirussú possui 207 habitantes; A Aldeia Lagoinha possui 634 habitantes; Aldeia Bananal possui 1.145 habitantes; a Aldeia Morrinho possui 288 habitantes; a Aldeia Água Branca possui 714 habitantes; a Aldeia Ipegue possui 944 habitantes; a Aldeia Colônia Nova possui 189 habitantes (FUNASA, set./2010). As mais habitadas são também os assentamentos mais antigos, como, por exemplo, Ipegue e Bananal. Todas as aldeias possuem um núcleo urbano composto por escolas, igrejas, posto de saúde e habitações.

Os caciques foram questionados pela juíza: sobre a técnica das queimadas para limpar o solo para o plantio; sobre a técnica de construção das cercas indígenas; sobre as necessidades básicas da população da Terra Indígena Taunay/Ipegue; sobre o porquê estavam solicitando a ampliação territorial; sobre a forma de cultivo na atual área de 6.641 hectares; sobre a necessidade de inovação tecnológica e assistência técnica para o desenvolvimento da agricultura; sobre a assistência prestada pela FUNAI, pela Prefeitura de Aquidauana, pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul, pela FUNASA e por outras instituições e órgãos; sobre projetos e programas que poderiam estar sendo desenvolvidos na Terra indígena. O cacique Jurandir foi mostrar os locais de roça de sua aldeia para o grupo e foi questionado sobre o recebimento de apoio técnico de

algum órgão. Respondeu negativamente.

O procurador da República, Emerson, informou a juíza federal que o governo do estado entregou ao município 8 (oito) tratores destinados às aldeias de Bananal: Bananal, Água Branca, Morrinho, Imbirussú, Lagoinha e às aldeias de Ipegue (Ipegue e Colônia Nova) e para a Terra Indígena de Limão Verde, e que nenhum deles estaria nas respectivas aldeias. O cacique Alsery informou à juíza que na Aldeia Lagoinha encontra-se um trator que está servindo àquela população. Todavia, os outros seis tratores não se encontram na T.I. Taunay/Ipegue. Nosso coletivo deslocou-se para um mangal próximo à divisa com a fazenda Cristalina (*Pokoó*), dentro da Terra Indígena e da Aldeia Imbirussú, no qual morou a família Terena de José Jatobá e *Poekcho*, pais de Paulina Jatobá, que havia estabelecido relações de parentesco consanguíneo com o fazendeiro Antônio Bueno e por muito tempo morou nas fazendas Mangava e Pokoó.

Em atividade de campo, a assistente técnica da FUNAI voltou ao local com os Terena Luiz Bueno, filho de Aparício Bueno e neto de Antônio Bueno e Paulina Jatobá e Evandir da Silva, filho de Maria Jatobá e Julião da Silva, sobrinho de Paulina Jatobá. Os dois Terena observaram que as mulheres e as crianças ali assentadas utilizavam o açude da fazenda *Pokoó* para lavar roupas e se banhar, além de fazer coleta de frutos (guavira, jabuticaba, goiaba, entre outras), caçar e pescar (depoimento de Evandir Silva, arquivo 21, 22/09/2010). O açude pode ser avistado da cerca da divisa entre a Aldeia Imbirussú e a fazenda Cristalina.

Voltando à Inspeção Judicial, passamos por esse açude quando fazíamos o reconhecimento dos marcos de Rondon e de aviventação, no primeiro dia. No retorno do mangal fomos para outras aldeias, dessa vez de uma forma mais rápida, pois o tempo passava rapidamente. Ao final, foram visitadas somente quatro das 7 (sete) aldeias. Em Lagoinha, o grupo assistiu a tradicional Dança do Bate Pau e foi apresentado à comunidade da aldeia. As dezesseis horas do segundo dia voltamos a nos reunir no Posto Pioneiro para a redação, leitura e assinatura da Ata.

Como a Inspeção Judicial estava marcada para três dias e os caciques manifestaram o interesse da assistente técnica da FUNAI voltar à Terra Indígena Taunay/Ipegue para ouvir outras pessoas que podiam contribuir no relatório, voltei no dia **22/09/2010**, no período matutino, para a Aldeia Imbirussú, juntamente com Reinaldo Martinez, coordenador técnico da FUNAI de Aquidauana. O cacique Jurandir nos levou a casa de um neto (Luiz Bueno) e de um sobrinho (Evandir Silva) da Terena Paulina Jatobá, casada com o fazendeiro Antônio Bueno, onde coletamos os depoimentos aos quais já nos reportamos acima.

Na Aldeia Água Branca, o cacique Isaias Francisco nos apresentou seu pai Silvério Francisco, nascido em 1918, que nos relatou sua história de vida na Terra Indígena Taunay/Ipegue. O ancião fez seu relato em Terena e foi interpretado pelo professor e diretor Estevão, da Escola Indígena da Aldeia Água Branca. Os pais de Silvério Francisco foram Manoel Joaquim e Lourença Cândida,

ambos Terena. Manoel Joaquim faleceu aos 92 anos de idade, segundo nos contou Silvério Francisco. Nascido e crescido naquela Terra Indígena, ele pode nos contar como os fazendeiros foram cercando os Terena e proibindo os mesmos de transitar no entorno, como era de costume dos indígenas. Na situação etnográfica ou de trabalho de campo, um dia é um tempo muito curto e por isso centramos nos depoimentos que ampliariam as respostas aos questionamentos realizados durante a Inspeção Judicial e que nos auxiliariam a responder os quesitos do Juizado e da FUNAI. Recolhemos ao todo quatro depoimentos em Imbirussú e Água Branca no dia **22/09/2010**.

No dia **23/09/2010**, na quinta-feira, realizamos mais uma entrevista com Ignez Bueno de Castro, 70, meia-irmã de Evandir da Silva com quem havia falado no dia anterior. O último depoimento foi agendado por telefone e o responsável foi o ex-cacique Evandir da Silva, que afirmara ter sua irmã mais detalhes sobre a genealogia de Antônio Bueno. Ignez é filha de Antônio Bueno e Maria Jatobá. Antônio Bueno aparece na cadeia dominial da fazenda Cristalina no período de 1943 a aproximadamente 1970. Descendente de gaúchos, trabalhou na fazenda Cutape, atual Santa Cruz de Roberto Dittiman, antes se instalar nas fazendas *Pokoó e Mangava*, com a família constituída ainda em Cutape.

Segundo o depoimento de Ignez Bueno de Castro, filha de Maria Jatobá com o cunhado fazendeiro, Antônio Bueno conheceu Paulina Jatobá na fazenda Cutape, atualmente fazenda Santa Cruz. Paulina trabalhava

como cozinheira, o que era muito comum nas fazendas do entorno das reservas: homens trabalhavam no campo lidando com o gado e nas roças, e as mulheres eram cozinheiras e empregadas domésticas. Casaram-se, tiveram filhos: Aparício, Aluisio, Altivo, João Santana, Antonio Filho, Dourival, Durval, Leonídia, Darci e Filhinha. Na primeira metade do século XX, as relações de trabalho no campo passavam pela afetividade, pela confiança e pelo compadrio. Segundo escreve um cronista pantaneiro e herdeiro da fazenda Taboco, de propriedade da família Alves Ribeiro: “Era comum termos na fazenda Taboco pequenos criadores, quase que em regime de patriarcado, ou melhor, de comunidade, que iam crescendo, aumentando sua criação, e depois o próprio patrão legalizava para eles ou os auxiliava na compra de glebas para se tornarem fazendeiros” (Ribeiro, 1984: 33). Referindo-se aos Terena, registra o cronista: “Nas fazendas, oitenta por cento da peonada era de índios, sendo os serviços de casa sempre exercido por moças índias que eram criadas pelos brancos [...] Era tão íntimo o contato com eles que muitos fazendeiros aprendiam a falar a sua língua” (Ribeiro, 1984: 73-74).

Alguns Terena têm uma memória positiva do convívio nas fazendas da região. O Terena José da Costa, que ajudou seus irmãos e sua mãe a comprar 33 hectares na margem esquerda do rio Aquidauana para fundar a aldeia Aldeinha, ele foi apadrinhado pelo fazendeiro Manoel Aureliano Costa Filho, conhecido como Manequinho, antigo campeiro da fazenda Taboco, e nunca

pretendeu se aldear com seus patrícios (Moura, 1994). A situação de Antônio Bueno e Paulina Jatobá transformou-se após a aquisição da fazenda *Pokoó* e *Mangava*. De acordo com as informações de Ignêz Bueno, as relações entre os habitantes de Taunay/Ipegue e o fazendeiro Antônio Bueno eram muito boas. Naquela época não havia impedimento algum para os Terena entrarem e saírem de *suas fazendas*. Quem morria nas aldeias e na fazenda era enterrado no cemitério que existia na sede da fazenda. Os Terena tinham livre acesso para coletar guavira, jabuticaba, goiaba, para caçar e pescar. Na época da guavira, as famílias saíam em grupo para coletar. O gado da fazenda de Antônio Bueno se alimentava do pasto nativo. O desmatamento ocorreu após a venda da fazenda para os atuais proprietários.

Quando ficou doente, Antônio Bueno arrendou a fazenda *Pokoó* para o genro casado com sua filha mais velha. Arrendou a parte atualmente pertencente à fazenda Cristalina, enquanto a parte pertencente à fazenda Mangava foi repartida entre os seus filhos. Na época de sua doença, pouco tempo antes de falecer, o casal de velhos – Antônio Bueno e Paulina Jatobá – se mudaram para a chácara que atualmente encontra-se no nome de Dourival Bueno. A chácara, segundo conta Ignêz Bueno, foi doada em vida por Paulina Jatobá à filha Leonídia, que a conserva até hoje. Ignêz Bueno salienta não ter tido direito à herança de seu falecido pai, apesar de ter sido por ele registrada em cartório. Lembra-se que sua tia Paulina Jatobá foi buscá-la na casa de sua mãe ainda

bem pequena, em obediência ao marido, para que ficasse morando definitivamente com seu pai Antônio Bueno, que queria todos os seus filhos ao seu redor. Cresceu, estudou e se casou naquela família, porém no momento de partilha da herança de seu pai ficou fora.

A maioria dos filhos de Antônio Bueno foi estudar em São Paulo, inclusive Dourival Bueno, com quem a juíza conversou no distrito de Taunay. Segundo Ignêz, Dourival Bueno conhece muito pouco a história da Terra Indígena, pois passou a maior parte de sua vida em Campinas, São Paulo. Os herdeiros de Antônio Bueno foram aos poucos vendendo seus lotes. Provavelmente, não havia uma divisão cartorial da área herdada pelos filhos, mas cada um sabia a parte que lhe pertencia.

Ao todo recolhi cinco depoimentos nos dias 22 e 23 de setembro de 2010 junto aos Terena:

- A) 22/09/2010.** 1) Luiz Bueno (filho dos Terena Aparício Bueno e Zonir Botelho e neto de Antônio Bueno e Paulina Jatobá). O depoente fez questão de mostrar o local em que sua família morou na época em que Antônio Bueno era o dono de *Pokoó*; 2) Evandir da Silva, 58 (filho de Maria Jatobá e Julião da Silva; irmão de Ignez Jatobá Bueno por parte de mãe) – visitou o mangal conosco e agendou o depoimento de Ignêz Jatobá Bueno; 3) Silvério Francisco, 92 (pai do Cacique Isaias Francisco e ancião da Aldeia Água Branca) – nascido e criado na Terra Indígena

Taunay/Ipegue.

- B) 23/09/2010.** 4) Prof. Estevão, 58, (Diretor da Escola Indígena de Água Branca) – nascido e criado nessa Aldeia; 5) Ignêz Jatobá Bueno, 70 (fez questão de mencionar que guarda o registro para provar a paternidade de Antônio Bueno. Após o casamento passou a assinar Ignêz Bueno Castro) – residente na cidade de Aquidauana gerencia a Pousada Recanto da Figueira de propriedade de uma de suas filhas, juntamente com um de seus filhos.

SEGUNDA PARTE

Quesitos da Juíza Federal Substituta Raquel Domingues do Amaral Corniglian, de 13/08/2010:

A) Marco temporal de ocupação: a data de verificação do fato in si da ocupação fundiária é o dia 05 de outubro de 1988, e nenhum outro.

A.1) Em 05/10/1988, os índios de etnia Terena da comunidade Taunay/Ipegue habitavam, ocupavam ou perambulavam as áreas abrangidas fazendas Ouro Preto, Cristalina e Ipanema?

Os Terena da Terra Indígena de Taunay/Ipegue sempre mantiveram a mobilidade nas áreas abrangidas pelas fazendas Ouro Preto e Cristalina, bem como pelas demais fazendas do entorno de seu território. Ocorre que foram sendo paulatinamente impedidos de transitar pelas mesmas ao longo do

século XX. Mesmo assim, correndo riscos, continuam atravessando as cercas. Segundo o ancião Silvério Francisco, 92, nascido e criado nessa T.I., residente atualmente na Aldeia Água Branca, todo o entorno da área hoje fechado por cercas dos fazendeiros era mata. Os Terena pescavam, caçavam e coletavam frutos nativos nessas áreas. A partir da década de 1970, mais ou menos, é que seus patrícios foram impedidos de atravessar as cercas da divisa da área de Anhumas (hoje fazenda foi retiro da fazenda Taboco). Foram impedidos não só verbalmente, pela lei, mas também por força bélica (depoimento de Silvério Francisco, nº 25, 22/09/2010).

O Diretor da Escola Indígena de Água Branca, Prof. Estevão, 58, relatou o assassinato de dois Terena por peões do Retiro de Anhumas, na década de 1970: “Dois patrícios foi matado aqui na região de Anhumas. Foi caçar, pegou um tatu e fazendeiro pistou ele. Um guri, lá em Lagoinha [Aldeia] tem neto dele ainda.” (depoimento Prof. Estevão, nº 25 e 26, 22/09/2010). Depois desse fato registrado na memória dos indígenas ninguém mais entrou na fazenda e se recolheu no território indígena por receio de novos conflitos e mortes. As relações de trabalho, changas e empreitas, também cessaram.

Na Aldeia Imbirussú, os Terena Evandir da Silva (ex-cacique) e Luiz Bueno (filho de Aparício Bueno e neto de Antônio Bueno) nos informaram que até a venda da fazenda *Pokoó*, assim denominada a fazenda Cristalina pelos indígenas, não havia cercas entre a reserva e a fazenda. Antônio Bueno colocou

a família de José Jatobá e *Poekcho* (pais de Paulina Jatobá e sogros do fazendeiro) para morar na Mangava, hoje fazenda Mangava (propriedade de Irineu), enquanto Antônio, Paulina e os filhos moravam em *Pokoó*. Os Terena da Terra Indígena Taunay/Ipegue tinham livre passagem para coletar frutos silvestres, caçar e pescar naquelas terras. Quando faleceu Antônio Bueno, seus filhos Altivo e Aparício Bueno ficaram cuidando a fazenda para Paulina Jatobá, sua mãe.

Paulina Jatobá morava com a filha Leonídia na Chácara que hoje se encontra no nome de Dourival Bueno (filho de Paulina Jatobá e Antônio Bueno), entrevistado pela juíza federal na Inspeção Judicial do dia 21/09/2010, no distrito de Taunay. Destaco a seguir trechos do depoimento do ex-cacique Evandir da Silva: “Ali era só mata. Só matagal. Ali a gente caçava, pescava [...]. Dona Paulina, minha tia plantava arroz, milho e nós acompanhava ela. Dava um pouco pra cada um. [...] pagamento, pouquinho de arroz, macarrão [...] banana era a vontade [...] comia graxa de vaca, pois banha de porco era só pra fazendeiro [...] fazia tarefa a noite com candieiro. [...] o pessoal daqui catava guavira. [...] Hoje a gente só pesca no tanque [*açude*]” (depoimento de Evandir da Silva, nº 21, 22/09/2010 – informações entre colchetes da assistente técnica). Evandir da Silva nos contou que até recentemente, uns cinco anos mais ou menos, na época que o fazendeiro José Lippi gradeou o cemitério para transformar em pasto, os seus parentes iam acender velas no Dia de Finados (02 de novembro) para os mortos. No momento da Inspeção Judicial, o fazendeiro José Lippi

confirmou a existência de um cemitério na sede da fazenda Cristalina, porém informou à juíza que eram umas três cruzinhas e que os índios não visitavam seus mortos. A juíza perguntou aos presentes se os Terena faziam algum ritual naquele lugar e se algum deles sabiam exatamente onde era o cemitério. Nenhum respondeu. Na verdade, cada família Terena cultua os mortos de sua parentela e na ocasião da Inspeção Judicial não havia nenhum Jatobá Bueno ou Jatobá da Silva para responder o questionamento.

Ignêz Bueno de Castro, 70, Terena residente atualmente na cidade de Aquidauana, onde gerencia a Pousada Figueira, de propriedade de uma de suas filhas, meia irmã de Evandir da Silva, relatou que o cemitério de *Pokoó* é indígena e que lá estão enterrados alguns de seus familiares. Ignêz e Evandir afirmaram que seus parentes continuaram cultuando seus mortos em *Pokoó* enquanto existia o cemitério. Tinha um cruzeiro de aroeira e as cruzes das covas. Ali foram enterrados os Terena José Jatobá, *Poekcho* (pais de Paulina Jatobá e sogros do fazendeiro Antônio Bueno), Mikilino Jatobá, apelidado de *Mikimbá*, Andrelina Jatobá (irmã de Paulina Jatobá) e seu marido Totó, dois outros irmãos de Evandir da Silva e Ignêz Bueno de Castro ainda crianças – Bruno e Carlos da Silva. Evandir salienta: “Todo ano nós ia lá acender velas [...] acabou cemitério. O fazendeiro patrolou tudo lá.” (depoimentos de Evandir da Silva e Ignêz Bueno de Castro, nº 21 e 27, 22 e 23/09/2010).

De acordo com a informação que obtivemos na Inspeção Judicial, do cacique Jurandir Lemes e do fazendeiro José Lippi, o

cemitério foi destruído há uns cinco anos atrás, por volta de 2005 mais ou menos. Com isso, podemos afirmar a partir dos depoimentos que os Terena da família de Paulina Jatobá, ex-proprietária de *Pokoó*, atual fazenda Cristalina, continuaram se deslocando da Terra Indígena de Taunay/Ipegue para a sede da fazenda Cristalina para cultuar seus mortos até bem recentemente, ou seja, posterior a data de promulgação da Constituição de 1988. O cacique Jurandir Lemes, 40, da Aldeia Imbirussú, relatou durante a Inspeção, dia 20/09/2010, que trabalhou na fazenda Ouro Preto, quando essa já pertencia a José Lippi, fazendo as cercas com seu pai a mais ou menos uns 28 anos atrás, quando tinha uns 12 anos de idade e trabalhou também na fazenda Cristalina, para o mesmo fazendeiro, por volta de seus 18 a 19 anos, catando raiz e plantando semente de braquiária. Ambas as informações foram confirmadas pelo fazendeiro.

Ignêz Bueno de Castro mostrou duas fotografias tiradas na fazenda Ouro Preto em 1982 [a data se encontra na própria fotografia] de seu rancho. Permaneceram na fazenda plantando roça ela, o marido e os três filhos. O cacique Isaías Francisco disse à juíza que quando era criança tomava banho na vazante que ligava as aldeias Imbirussú e Água Branca, que atualmente está seca e interrompida no campo da fazenda Ouro Preto. O fazendeiro José Lippi argumentou que mantém as árvores em torno da vazante. Todavia, o desmatamento que transformou o entorno da vazante em pastagem para o gado contribuiu para o desaparecimento da vazante, segundo observamos *in loco*.

Os depoimentos recolhidos durante a Inspeção Judicial e o trabalho de campo da assistente técnica da FUNAI, comprovam que as relações do fazendeiro Antônio Bueno com a família de José Jatobá e *Poekcho* iam além das relações trabalhistas e de afinidade. Foram estabelecidas entre os Terena e o fazendeiro relações de parentesco consanguíneo. Antônio Bueno desposou Paulina Bueno com quem teve os seguintes filhos: Aparício Bueno, Aluisio Bueno, Altivo Bueno, João Santana, Antônio filho, Dourival Bueno, Durval Bueno, Leonídia Bueno, Darci Bueno e Filhinha Bueno. Trouxe toda a sua família para agregar-se em suas terras e estabeleceu uma relação de parentesco por afinidade com todos os demais Terena da Terra Indígena Taunay/Ipegue, os quais tinham total mobilidade nas áreas de suas fazendas.

Antônio Bueno teve uma filha com Maria José Jatobá – Ignêz Jatobá Bueno, que após se casar passou a assinar Ignêz Bueno de Castro. Uma filha com a cunhada que foi recolhida na família do fazendeiro por Paulina Jatobá, a qual foi por nós ouvida no dia 23/09/2010, na cidade de Aquidauana-MS. Portanto, concluímos que enquanto o fazendeiro Antônio Bueno esteve à frente das fazendas *Pokoó* (atual Cristalina) e Mangava, para os Terena não havia nenhum obstáculo para a sua mobilidade naquelas áreas, o que permitia a continuidade de seu modo de existir. Os obstáculos à mobilidade dos Terena passaram a ser constituídos a partir do momento que outros não indígenas compraram os títulos de propriedade de espólio de Antônio Bueno à Paulina Jatobá.

A partir da venda da fazenda, os Terena agregados tiveram que se estabelecer na área da Terra Indígena de Taunay/Ipegue, na região do mangal (plantação de mangueiras), que pôde ser avistado da cerca que limita as fazendas Ouro Preto e Cristalina da Aldeia Imbirussú: “Os que são mais espertos vão fechando e os mais medrosos vão recuando. E nós fomos recuando” (conforme depoimento de Evandir da Silva, nº 21, 22/09/2010). Todavia, o relacionamento com as áreas das fazendas dos Autores continuou por parte dos Terena através de empreitas, arrendamentos, visitas ao cemitério da Cristalina no dia de Finados e a pescaria no tanque da Cristalina.

O fato é que os Terena de Taunay/Ipegue vêm ao longo dos séculos XIX e XX convivendo com vários contextos sócio-políticos-econômicos-culturais e a constante mudança das paisagens interna e externamente a sua Terra Indígena. No momento da demarcação da reserva Ipegue, em 1905 a população Terena era de mais ou menos 5.000; hoje somente em Taunay/Ipegue a população totaliza 4.161 habitantes. Enquanto naquela época puderam continuar se relacionando com a natureza do entorno de sua reserva caçando, pescando, coletando frutos silvestres, plantas medicinais, lenha, madeira para suas habitações, hoje se vêm pressionados pelos fazendeiros para permanecer nas terras da União, tendo para sobreviver que enviar seus filhos para trabalhar e estudar nas cidades ou em fazendas de outras localidades da região, receber cesta básica e outras ajudas provenientes de políticas públicas governamentais.

Os Terena de hoje vivem em pequenas

ilhas, pois são rodeados por cercas e por pastos formados para pastagem de gados dos fazendeiros. No caso de Taunay/Ipegue, até a década de 1965 os Terena conviveram com a paisagem quase intocada da margem esquerda da cidade de Aquidauana, hoje município de Anastácio. A urbanização do município de Anastácio ocorreu da década de 1970 para cá, após sua emancipação em 1965. A luta Terena por terra é histórica: 1) lutaram por seu território tradicional após a Guerra do Paraguai (1864-1870), pois quando voltaram de seus abrigos na Serra de Maracaju encontraram suas terras invadidas; 2) lutaram pela demarcação e homologação das áreas das reservas, nas quais foram territorializados, na primeira metade do século XX; 3) lutaram pelos seus direitos civis, sociais, políticos, resguardados pela Constituição Federal de 1988; 4) lutam para ampliar suas “ilhas”, rodeadas por cercas e pastos.

B) No local há vestígios antropológicos idôneos de ocupação dessas terras pelos índios da etnia Terena? Sendo positiva a resposta, é possível datar estes vestígios? Há continuidade de vestígios de ocupação das fazendas Ouro Preto, Cristalina e Ipanema até o marco objetivo de 05 de outubro de 1988?

B.1) No local há vestígios antropológicos idôneos de ocupação dessas terras pelos índios da etnia Terena?

Há vestígios antropológicos e arqueológicos nas fazendas dos Autores, marcados na memória dos Terena e por eles identificados

in loco. Relação de vestígios:

1) Cemitério na sede da fazenda Cristalina:

De acordo com o texto do primeiro quesito, os Terena afirmam a existência de um cemitério indígena no qual se encontram os restos mortais de parentes seus. Os corpos enterrados ali seriam: 1) José Jatobá (Terena, pai de Paulina Jatobá); 2) *Poekcho* (Terena, esposa de José Jatobá); 3) Mikelino Jatobá (filho de José Jatobá); 4) Andreлина Jatobá (Terena, filha de José Jatobá); 5) Totó (Terena, esposo de Andreлина Jatobá); 6) Bruno da Silva (Terena, filho de Maria Jatobá); 7) Carlos da Silva (Terena, filho de Maria Jatobá). No local havia um cruzeiro de aroeira e cruzes em cada uma das sepulturas, segundo o excacique Evandir da Silva, 58.

2) Vazantes:

- **Vazante Água Branca:** Cacique Isaias Francisco, da Aldeia Água Branca, registrou durante a Inspeção que ele e outras crianças Terena tomavam banho naquele lugar. Após o desmatamento do entorno da vazante, que ligava as aldeias Imbirussú e Água Branca,

a mesma secou e agora se encontra cortada pelo pasto da fazenda Ouro Preto.

- **Vazante *Tumiku*:** O cacique Alsery de Lagoinha se lembrou do nome da vazante do marco de Aroeira [marco de Rondon], que liga a Fazenda Esperança II, Fazenda Cristalina e a Aldeia Lagoinha. Atualmente, a vazante encontra-se em área da fazenda Cristalina. *Tumiku* em português significa domingo. Era um lugar onde os Terena pegavam água e tomavam banho. Provavelmente, essa vazante era homônima à Aldeia *Tuminiku*, mencionada nos estudos do antropólogo Altenfelder Silva, publicados em 1949.

3) Cercas construídas pelos Terena na fazenda Ouro Preto:

O cacique Jurandir, 40, informou à Juíza durante a Inspeção e foi registrado em Ata, que mais ou menos no ano de 1972 acompanhou seu pai na empreita para construção das cercas da Fazenda Ouro Preto. Na ocasião o mangueiro usado pelos fazendeiros tinha sido construído por terena.

4) Changa para coletar raiz e plantar braquiária:

O cacique Jurandir informou a Juíza durante a Inspeção que por volta de 1978, quando tinha mais ou menos uns 18 anos, trabalhou na fazenda Cristalina com o José Lippi coletando raízes e plantando braquiaria (capim de pasto).

5) Arrenda ou meragem:

Ignêz Bueno de Castro, 70, mostrou duas fotos para a Assistente Técnica da FUNAI, datadas do ano de 1982, as quais retratam ela e sua família (marido e filhos) em frente ao galpão de palha na fazenda Ouro Preto. Na ocasião estavam plantando uma roça em uma área arrendada pelo fazendeiro.

6) A lagoa do cal:

Evandir da Silva, 58, ex-cacique de Imbirussú lembrou-se da Lagoa do Cal e de alguns outros locais que podem caracterizar assentamento Terena como a *região do limão* e o *Jaboticabal*, na divisa com o Agachi Velho [provavelmente um assentamento Terena ou Kinikinao]. A Lagoa do Cal aparece recorrentemente nas falas dos Terena, os quais afirmam existir ainda nos dias

de hoje. Contam os anciãos e reproduzem os mais jovens que o auxiliar de Rondon, Horta Bueno, atravessou a lagoa marcando seu meio como a divisa da reserva de Ipegue e ainda hoje pode se encontrar resquícios de cal nesse lugar.

7) Estrada antiga que ligava a Terra Indígena à fazenda *Pokoó* (fazenda Cristalina):

Evandir da Silva levou a assistente técnica para mostrar a antiga estrada que os Terena usavam para chegar à sede da *Pokoó*. Foi limpa recentemente pelos fazendeiros para a passagem dos carros da Inspeção Judicial. Divide a Aldeia Imbirussú da fazenda Cristalina. A estrada passa bem próximo do tanque [açude] no qual eles ainda hoje pescam, o qual pode ser avistado da divisa.

B.2) Possibilidade de datação dos vestígios.

Esses foram os resquícios levantados pelos participantes da Inspeção Judicial e do trabalho de campo realizado pela assistente técnica da FUNAI, nos dias 20, 21, 22 e 23/09/2010. No tocante à datação desses vestígios, foi possível apenas uma datação aproximada, baseada na memória dos depoentes. No entanto, entendemos que

precisariam ser datados e localizados por estudos mais aprofundados, em situação diferente da Inspeção Judicial.

B.3) Há continuidade de vestígios de ocupação das fazendas Ouro Preto, Cristalina e Ipanema até o marco objetivo de 05 de outubro de 1988?

Atualmente, todos esses vestígios podem ser localizados pelos Terena que participaram da Inspeção e forneceram os depoimentos para a Assistente Técnica. Alguns dependem da confirmação dos fazendeiros, a confecção de cercas, por exemplo.

C) Quais são as interferências humanas (edificações, desmatamento, pastagens, benfeitorias) observadas nas terras das fazendas Ouro Preto, Ipanema e Cristalina? Essas interferências demonstram-se compatíveis com a mundividência e atividades produtivas que são desenvolvidas pelos índios da etnia Terena da Comunidade Taunay/Ipegue?

C.1) Quais são as interferências humanas (edificações, desmatamento, pastagens, benfeitorias) observadas nas terras das fazendas Ouro Preto, Ipanema e Cristalina?

As interferências humanas foram paulatinamente esculpidas na paisagem de Taunay/Ipegue e em seu entorno.

1) A formação das áreas de pastagem – A passagem da pecuária extensiva nos pastos

naturais da área para a pastagem transplantada, no transcurso das décadas de 1960-1980 – conforme pode ser comprovado a partir de fotos de satélite, produziu o assoreamento das nascentes, bem como a interrupção da continuidade das vazantes que ligavam todo o território no interflúvio do rio Miranda com os demais rios da região e os vários córregos mencionados nas fontes bibliográficas (Altenfelder Silva, 1949; Cardoso de Oliveira, 1976). Atualmente, a falta de água é um dos maiores problemas da Terra Indígena Taunay/Ipegue. O abastecimento das aldeias, segundo as informações dos caciques, é realizado pela FUNASA através de poços artesianos com baixa profundidade. Na época de seca há o racionamento de água para os Terena. Além da escassez da água, os Terena observam que os pastos tomaram o lugar das frutas nativas como a guavira, a goiaba e a jabuticaba. Segundo Evandir da Silva, 58, ainda existe o jabuticabal da Agachi antiga, mas os indígenas estão proibidos de ir lá: “[...] jabuticaba nativa no campo da divisa do Agachi velho. E morava indígena também lá. [...] novembro e dezembro é época de guavira e jabuticaba também. Só dá uma chuva e ela começava a florar”

(depoimento Evandir da Silva, nº 21, 22/09/2010).

- 2) **As cercas:** Constituem-se em interferências físicas, respaldadas pelo direito legal à propriedade privada que protege os fazendeiros. Até a década de 1970, os Terena não enfrentaram esse obstáculo. Muitas delas foram construídas pelos próprios Terena para, posteriormente, impedi-los de transitar no entorno de sua Terra indígena. As cercas separam os Terena de seus mortos, das frutas silvestres, da caça, da pesca e corta todas as possíveis relações que mantinham com o território fechado.
- 3) **As casas de alvenaria das sedes:** Em cada uma das sedes foram construídas casas de alvenaria para abrigar as famílias que ali passaram a residir. Contrastam com as casas dos indígenas que são bem menores e mais modestas.
- 4) **Os mangueiros:** Os mangueiros das Fazendas Ouro Preto e Cristalina foram construídos na década de 1990, pelas informações do fazendeiro José Lippi. Foram construídos pela família Lippi. O cacique Jurandir informou a Juíza que ainda se lembra onde ficavam os mangueiros antigos, o laranjal, o araçazal, o mangueiral do Aparício Bueno

na *Pokoó* [Cristalina]. Ia falando e apontando com o dedo para identificar melhor.

Durante a Inspeção Judicial, os caciques Terena puderam andar novamente pelas terras das fazendas Ouro Preto e Cristalina e aos poucos iam se lembrando de como era a sede velha e como é a nova, o mangueiro terena e o mangueiro novo. O cacique Jurandir aos poucos foi percebendo as mudanças na paisagem das fazendas e foi se recordando do seu tempo de criança e mocidade, quando por ali trabalhou na companhia de seu pai e depois sozinho após ficar adulto. A nova paisagem registra o desaparecimento dos locais de coleta (guavira, goiaba, jabuticaba, laranja, manga); o desaparecimento da caça, pois o desmatamento desloca os animais silvestres; o desaparecimento das nascentes e vazantes onde os animais bebiam e os Terena banhavam-se, pescavam, lavavam roupas e buscavam suas águas para consumo doméstico.

C.2) Essas interferências demonstram-se compatíveis com a mundividência e atividades produtivas que são desenvolvidas pelos índios da etnia Terena da Comunidade Taunay/Ipegue?

Os Terena acompanharam ao longo do processo histórico de convívio com os não indígenas todo o processo de modernização ocorrido na pecuária e na agricultura. No entanto, em suas aldeias na atualidade continuam produzindo roças familiares onde plantam abóbora, milho, feijão de arranca (feijão de salada), feijão comum, melancia,

maxixe, quiabo, entre outros cultivos. Criam gado bovino, em pequeno número, dado o tamanho limitado de suas posses, conforme os caciques informaram à juíza. Portanto, querem a ampliação de sua Terra Indígena para continuar realizando essas atividades.

Estão abertos à tecnologia, como, por exemplo, a gradação da terra com trator, mas dispõem atualmente de pouco espaço interno para plantar. A área de cada aldeia é dividida por famílias e dessa forma, conforme a família vai aumentando seu índice populacional vai ficando sem terras. Por isso, colocam o aumento populacional como um dos motivos para a ampliação da T.I. Todavia, ao mesmo tempo em que estão abertos à tecnologia, percebem que sem a mata não poderão recompor as nascentes e as vazantes em seu território: “Perdemos a terra, as madeiras de lei, as matas, os bichos... [...] Hoje planta o milho a aracuã [*pássaro*] vem e come tudo. Porque não tem mais mato. A ema também estraga o milho. A gente não mata o bicho pra não aproveitá” (depoimento de Evandir da Silva, nº 21, 22/09/2010).

Ao longo dos dois últimos séculos, como bem se destacou acima, os Terena se relacionaram com o Brasil Império e com o Brasil República. Portanto, passaram por várias situações conflituosas e harmônicas com o Estado brasileiro. Perderam seu território tradicional no pós-guerra do Brasil contra o Paraguai; foram territorializados em pequenas reservas no Sul de Mato Grosso em contraste com os latifúndios titulados pelo governo do estado de Mato Grosso para os fazendeiros; conviveram com o paulatino

confinamento produzido pelos fazendeiros que foram rodeando suas reservas com cercas e pastos para gado bovino e hoje se encontram divididos entre suas Terras Indígenas e as aldeias urbanas do Mato Grosso do Sul. Tal como os regionais do Sul do antigo Mato Grosso e atual Mato Grosso do Sul, foram acompanhando o processo de modernização do Estado brasileiro que atingiu todo o território nacional. Os Terena, portanto, se constituíram em exímios peões de fazendas, condutores de boiadas no Pantanal sul-mato-grossense, além de trabalhar como empregados domésticos, porteiros e enfermeiros nas cidades de Aquidauana, Miranda, Campo Grande, dentre outras.

A mundividência dos Terena, na atualidade, está marcada por todo o processo de contato estreito que esse povo manteve com a sociedade brasileira. O Terena, mesmo tendo seu modo próprio de organizar seu espaço, de organizar sua rede familiar, de organizar suas roças e de criar seu gado, seu modo de realizar seus rituais, festas e danças, seu modo próprio de organizar suas crenças, também tem que dominar os códigos da sociedade brasileira: os códigos políticos, sociais, jurídicos, econômicos, aos quais está interligado. Os povos indígenas no Brasil e no mundo não vivem mais isolados faz muito tempo. O movimento indígena está cada vez mais amplo, interligando os indígenas internacionalmente. A globalização, bem como todos os seus efeitos também produz riscos para os povos indígenas.

Tomando como pressuposto o conceito de cultura de Roque Laraia (2009), em

Cultura – um conceito antropológico, podemos afirmar que toda cultura é dinâmica e histórica. Histórica porque é construída por sujeitos humanos em um determinado contexto, e dinâmica porque pode ser alterada pelos mesmos sujeitos humanos em interação com outros sujeitos humanos e com a natureza. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que os Terena foram constrangidos a desenvolver relações estreitas de convívio e coexistência com os regionais que se estabeleceram em seus territórios tradicionais desde o momento que retornaram para suas aldeias após o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870). Apesar de sua predisposição ao contato com o outro, conforme é característico às etnias Aruak, naquele contexto as relações se davam numa base totalmente assimétricas, pois os usurpadores de seus territórios se constituiriam nos fazendeiros do Sul do antigo Mato Grosso. Dessa forma, a mão-de-obra Terena está presente em vários empreendimentos dessa região, tais como: as Linhas Telegráficas, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), as fazendas de gado, o extrativismo vegetal, as “changas”, as empreitas, entre outros (Vargas, 2003; Moura, 2009).

Na primeira metade do século XX, até a década de 1970, estava colocado para o Estado brasileiro o paulatino desaparecimento dos povos indígenas do país. Aos poucos os indígenas iriam se integrando e desapareciam suas diferenças e, portanto, sua identidade étnica. Essa crença perdeu veracidade quando o Estado percebeu o crescimento populacional e a organização

política desses povos. A partir da década de 1970, os Terena, bem como vários outros povos indígenas, começaram a se fortalecer politicamente, através do movimento indígena, bem como das associações internas e externas, com indígenas e não-indígenas. Um outro paradigma se estabelece a partir de então e os indígenas erguem as bandeiras da terra, da educação, da saúde e da previdência. O governo brasileiro os reconhece e garante direitos específicos para os mesmos na Constituição Federal de 1988. É a partir desse reconhecimento que os povos indígenas planejam suas ações e fazem suas reivindicações. Segundo o ancião Silvério Francisco, 92, a preocupação com a necessidade de ampliação começou quando a família foi crescendo e não tinha lugar para pescar e caçar (conforme depoimento de Silvério Francisco, nº. 25, 22/09/2010).

TERCEIRA PARTE

Quesitos da FUNAI, 30/08/2010

A) Em 05.10.1988, os indígenas da etnia Terena da comunidade Taunay/Ipegue detinham que tipo de apropriação espacial, de reprodução física e cultural, cosmológica e ambiental com as áreas litigiosas (atuais fazendas Ouro Preto, Cristalina e Ipanema)? Qual ou quais as relações foi ou é afetada pela ocupação não-indígena? Houve esbulho (da posse física ou cartorial)? De não indígenas sobre as referidas áreas? Detalhar. Quais os nomes indígenas para as áreas litigiosas? Segundo a cartografia indígena, o que representam tais áreas dos

pontos de vista ambiental, cosmológico e para a reprodução física e cultural da comunidade de Taunay-Ipegue? Tais áreas integram o conjunto da ocupação originária sobre identificação no processo administrativo iniciado em 1985?

A.1) Em 05.10.1988, os indígenas da etnia Terena da comunidade Taunay/Ipegue detinham que tipo de apropriação espacial, de reprodução física e cultural, cosmológica e ambiental com as áreas litigiosas (atuais fazendas Ouro Preto, Cristalina e Ipanema)?

Respondida no Quesito A do Juízo

A.2) Qual ou quais as relações foi ou é afetada pela ocupação não-indígena?

Respondida no Quesito A do Juízo.

A.3) Houve esbulho (da posse física ou cartorial)?

Houve esbulho de território Terena desde o século XIX após o término da Guerra do Paraguai (1864-1870) até o século XX, quando o Estado titula para militares terras que estavam dentro do território tradicional dos Terena, de acordo com o que pode-se averiguar no texto abaixo.

Os Terena viviam na extensão do rio Miranda e seus afluentes antes da Guerra do Paraguai (1864-1870), como relata o Frei Mariano de Bagnaia, em suas Correspondências com seus superiores (Sganzerla, 1992). Nesse período, havia entrado em vigor o Regimento das Missões (1845) e a Lei de Terras (1850). Com a chegada de Bagnaia (missionário

da Ordem dos Capuchinhos italianos) na Freguesia de Miranda, em 1849, foi fundado o primeiro aldeamento Terena dedicado a São Francisco de Assis, no ano de 1860. No entanto, por pouco tempo existiu ali, pois com o desfecho da Guerra do Paraguai toda a forma de organização existente naquela localidade desfez-se. Na correspondência abaixo, pode-se notar a primeira situação de esbulho do Império brasileiro sobre os territórios indígenas de uma forma geral, bem como dos mencionados Terena.

Em cumprimento do que foi exigido por V. Ex.^a em officio n.º 13 de 30 do mês proximo passado, tenho a honra de apresentar a V. Ex.^a os dous inclusos mappas, que contêm as informações de que trata o mesmo officio, cumprindo-me accrescentar; 1º **que são devolutas as terras em que existem os índios mencionados nos ditos mappas não se podendo por isso calcular sua extensão;** 2º que não havendo aldeamentos propriamente ditos creados com a regularidade e pessoal de que trata o Regulamento de 24 de Julho de 1845 não é possível saber se nem aproximadamente o numero de índios que os habitão; 3º **que com excepção dos índios Laianas e Terenas do distrito de Miranda e dos Caiapós de S. Ana do Paranyhyba e de Herculania, os quais prestão algum serviço ajustando-se como camaradas toda as mais nações vivem no estado barbaro, posto que de vez em quando tenhamos comnosco alguma comunicação;** 4º que nenhuma industria exercem e por isso é nullo o producto da mesma industria; 5º finalmente que nenhum Missionario ou Padre existe na Provincia empregado na catechese A medida mais urgente que exige a catechese é a remessa de bons Missionarios de zelo

fervoroso e apostolico, com eles teremos aldeas e para o futuro gente prestavel, sem elles poderemos ter uma maloca de índios viciosos reunidos para proveito de um ou outro esperto. Por isso antes de haver Missionários e Aldea, creada conforme a lei parece-me improficua qualquer outra medida. (Lata, 1873 A, doc. Avulso, APMT) (grifo nosso) (*apud* DGI, *in* Vargas, 2003: 69) [destaques da assistente técnica]

Após o fim da Guerra em 1870, o governo imperial buscava informações acerca das terras do Sul do Mato Grosso e as respostas recebidas eram que havia extensas áreas de terras devolutas, pois nenhum aldeamento ali existia. No entanto, algumas lideranças Terena continuavam pleiteando junto ao governo brasileiro suas terras. Foi o caso do capitão Vitorino, no ano de 1871 e do capitão José Caetano:

Em 1871, o *Capitão* Vitorino foi, vestido de alferes, juntamente com outros índios Terena, até Cuiabá, solicitar da Diretoria dos Índios, órgão responsável para garantir e proteger os seus direitos, que tomasse providência diante da situação em que se encontrava o território que compunha a referida aldeia, invadido por não índios que não permitiam que os mesmos ali permanecessem, resultando na sua *desterritorialização*. E três anos depois, esse índio e os demais Terena mudaram-se para outra região próxima dali, no lugar denominado Brejão, dando início ao seu *processo de territorialização*, que se estendeu até meados do século XX. (*apud* Vargas, 2003: 130)

Requerimento pessoal do Terena Capitão José Caetano:

[...] A cerca do índio da tribo Terena, de nome José Caetano [...] é que o dito índio com mais alguns da sua tribo, em numero de 17, procurou-me para representar que era filho do fallecido Pedro Tavares, capitão da aldêa do Ipégue, no districto de Miranda, e seo substituto, que por ocasião da invasão paraguaya não só a sua tribo, como todas as outras e mais habitantes do districto abandonarão os seus lares e retirarão-se para os montes e bosques, onde permanecerão por 6 annos, que ultimamente voltando os moradores a reocuparem os seus domicilios, elles Terenas encontrarão a sua aldêa do Ipégue occupada por Simplicio Tavares, por Antonio Maria Piche, o qual lhes obsta a repovoarem e labrarem suas antigas terras e de seus antepassados; pelo que vinhão pedir providencias para não serem esbulhados de suas propriedades das quais não podião desprender-se um outro índio da mesma tribo de nome Victorino, que fardase como Alferes, e pertence a aldêa do Nachedache, distante da Ipegue uma legoa, fez-me igual reclamação. (Doc. 1871, p. 79v 80 – Livro n.º 191, 1860-1873, APMT) (*apud* Vargas, 2003: 89)

Outros capitães Terena prestavam favores ao Estado para cobrar seus direitos tradicionais, como foi o caso de Alexandre Bueno.

[...] nas proximidades da Villa de Miranda existem aldeadas diversas tribus de índios que posto tenham conosco relações vivem todavia sobre si e a seo modo, sob a direção do prestante incansavel indio [Terena] Capitão Alexandre Bueno, que relevantes serviços tem prestado a catechese, indo pessoalmente a aldea dos Enimas, nas immediações da Bahia negra, onde conseguiu por meios suasórios deslocar e trazer consigo 321 indios, com os quaes, e com os

de sua tribo, formou uma pequena colonia, para a qual mais esta vez peço toda a proteção, attendendo [...] vantagens que d'ella resulta ao Distrito de Miranda, não só quanto ao augmento de população, como na civilização dos mesmos índios. (Lata, 1878 A, doc. Avulso, APMT *apud* Vargas, 2003: 71)

Apesar das táticas de negociação dos capitães Terena, os anos que se seguiram foram difíceis para seu povo. Entre os anos de 1891 e 1904 a política global de Estado na região do Pantanal vai praticamente suprimir a política de catequese, vigorando o choque frontal entre índios, fazendeiros e colonos, do que resulta a expropriação quase total das terras indígenas e um verdadeiro etnocídio (Ferreira, 2007). No sul de Mato Grosso nesse período títulos de propriedade foram expedidos pelo Estado do Mato Grosso para militares e civis. Naquele contexto, que a segurança da região era feita pelos próprios fazendeiros-coronéis e que o próprio Governador desconhecia os direitos indígenas, os Terena não tinham a quem recorrer.

O próprio Rondon reconheceu a situação de insegurança da parte dos índios em suas correspondências com o governo central. E o governo respondeu positivamente, apesar de ter demarcado apenas algumas das aldeias que foram listadas. Nache-Dache, uma das mais antigas, tornou-se propriedade privada, bem como Agachy e Capelinha.

Sendo de toda a conveniencia que seja estremada do domínio publico e particular, por meio de medição e demarcação a porção de território occupada pelos indios mansos das tribus – “Terena, Guaycurú e Quinquinaós que habitam as

aldeias denominadas **Capelinha**, **Nache-dache**, **Agachy**, Ipegue e Lalima”nesta comarca, evitando-se assim a continuação de abusos, que já se tem dado de si legitimarem como de propriedade particular, terras devolutas compreendidas na área utilizada pelos índios com criações e plantações por isso e em qualidade de legítimo representante dos mesmos índios, venho solicitar a V. Ex^a a necessária autorização para mandar medir e demarcar as terras constituídas pelas referidas aldeias uma vez que eles devem ter uma porção de território para o seu patrimonio, como prescreve o artº 19 da Lei nº 20 de 9 de novembro de 1892, e isto não se pode conseguir sem a indispensável medição e demarcação, que poderão ser feitas pelos agramessor do respectivo distrito. (Lata, 1902 D, doc. Avulso, APMT *apud* Vargas, 2003: 91)

As três áreas de assentamento Terena ficaram fora do poder dos indígenas e tornaram-se propriedade privada. Inclusive, a origem de algumas das fazendas desta ação dos Autores nasce na fazenda Agachy, que com certeza guarda relação direta com as aldeias acima destacadas. Entretanto, a política à época, foi de reservar terras descontínuas para os Terena, que limitariam com as terras dos novos fazendeiros constituídos titulados pelo Estado do Mato Grosso. O próprio Horta Barbosa, auxiliar de Rondon no processo demarcatório, revela o esbulho cartorial produzido pelo Estado.

Já antes, em 20 de março de 1883, o Diretor dos Índios das Aldeias do município de “Miranda”, Antonio Xavier Castello, o nomeará [Capitão Vitorino] para chefe da Aldeia “Naxe Daxe”, que infelizmente foi depois invadida e demarcada para fazenda de particular, como si isso não constituísse uma iniquidade!

Aquella aldeia fôra visitada em 1866 por Taunay. (Horta Barbosa, 1924: 10 *apud* Vargas, 2003: 90)

O assentamento indígena Capelinha também foi extinto, pois os indígenas que o habitavam foram expulsos pelo fazendeiro.

Este aldeamento de índios Quinquináus está quasi extinto por terem os índios perdido aquellas terras que foram adquiridas ao Estado pelo Sr. **Antonio Leopoldo Pereira Mendes**, depois de alli ter tocado os índios em 1908, mais ou menos. Existem alli uns 15 índios que pretendem se mudar para o Posto de Lalima, já tendo muitos delles para alli se mudado, [...]. (Relatório para José Bezerra Cavalcante, 1925, microfilme 379, fotg. 1609, FUNAI de Brasília *apud* Vargas, 2003: 92)

No ato de demarcação da Reserva de Ipegue, estavam presentes os fazendeiros lindeiros, aos quais Rondon questionou sobre alguma objeção. Após todo o processo de demarcação se houvesse algum obstáculo por parte dos fazendeiros estes ainda seriam ouvidos pelo militar.

As nove horas da manha do dia vinte e sete de Setembro do anno de mil novecentos e cinco, decimo septimo da Republica, no lugar denominado “Bananal” os presentes cidadãos Major d’Engenheiros Candido Mariano da Silva Rondon; **Coronel Manuel Antonio de Barros** como Director dos Índios Terenas, Terente **Coronel Estevão Alves Correa** e **Tenente Francisco Pereira Mendes** confinantes da Aldeia do Ipegue e **ausente** o **Coronel** José Alves Correa, digo, **Jozé Alves Ribeiro** também confinante (...) nenhum dos cidadãos presentes allegou razões contra a medição e demarcação da Aldeia do Ipegue, de que aquelle **Engenheiro** foi

encarregado pelo governo Estadual. E declaração ainda que nenhum protesto terão a fazer uma vez que fossem respeitados os limites traçados no terreno para as suas terras na parte em que estas confinão com as pertencentes a Aldeia do Ipegue segundo os documentos que apresentarão. (Horta Barbosa, 1905: 27, Proc. 0981/82 FUNAI Brasília *apud* VARGAS, 2003: 920 [grifos da assistente técnica])

No livro de memórias da fazenda Taboco, intitulado *Taboco: 150 anos – Balaio de Recordações*, escrito por Renato Alves Ribeiro, filho do Coronel Jozé Alves Ribeiro, o autor descreve como foi que seu avô, o Coronel Jeje, legalizou seu título de propriedade:

O Coronel Jeje era um homem pequeno e claro, de olhos quase azuis e que tinha muita ação e energia. Era progressista e em 1918 foi acometido de uma artrose crônica, ficando paralítico. [...] Não quis usufruir do direito de posse de suas terras. Em 1895 mandou o engenheiro francês Emílio Rivassau medir toda a fazenda e a legalizou pagando a sua área ao Estado. Eram 334.024 hectares, fora o excesso que se verificou mais tarde, em medições sucessivas. Medindo a parte norte da fazenda Taboco, verificou-se depois mais de 32 mil hectares. Isso, naturalmente, porque com o valor que as terras têm hoje, foi medida toda a parte alagada do rio Negro, que constitui um enorme banhado de difícil acesso. Naquele tempo, o engenheiro, o engenheiro media beirando a margem do brejo e hoje essa medição foi feita no leito do rio, bem no centro do alagado. Hoje mediu-se a serra pela sua cumeada e naquele tempo era margeando, o que também resultava em números imprecisos.

Requeremos a sua anexação ao juiz e pagamos o valor do excesso por mandato judicial. Não houve uma grilagem de terra, como acusam os inimigos político do Fragelli [genro do Coronel Jozé Alves Ribeiro, que foi Governador de Mato Grosso em 1970]. Como se prova por títulos, essas terras pertencem à fazenda Taboco desde o Império. Temos a sua posse, mansa e pacífica, delimitada pelos acidentes naturais – Rio Negro, rio Taboco e serra de Maracaju. (Ribeiro, 1984: 65-66)

A historiadora Vera Lúcia Vargas (2003), cujo texto tem alicerçado esse parecer por conter inúmeros documentos comprovando a situação de esbulho do território Terena, afirma:

[...] documentos evidenciaram também que muitos Terena abandonaram algumas de suas antigas aldeias, juntando-se em outras maiores como forma de se protegerem da violência dos fazendeiros, as quais eram obrigados a vivenciar, como a destruição de suas roças, a invasão de suas terras e a matança de seu gado. "*Despertaram elles, porém, quando os intrusos providenciaram sobre as demarcações, precedidas alias de um período em que os indios foram preseguidos em suas roças, onde soltavam aquelles as suas criações; ameaçando em suas vidas, accusados de vicios e crimes que nunca haviam cometido, etc.; tudo (...) preparativo da espoliação prestes a effectivar-se.*" (Horta Barbosa, 1927: 267 *apud* Vargas, 2003: 93)

Tal como descreveu Silvério Francisco, 92, em seu depoimento destacado anteriormente, até a década de mais ou menos 1970 tudo ao redor da Terra Indígena Taunay/Ipegue era mata. Portanto, os Terena não tiveram

nenhuma preocupação em reivindicar, pois continuavam desfrutando da área do entorno. Foi somente após o cercamento e o impedimento pelos fazendeiros dos mesmos transitarem para caçar, pescar, coletar e se banhar nas vazantes e córregos das áreas das fazendas é que vieram perceber a perda desse território. O mesmo foi dito pelo ex-cacique Evandir da Silva, pois sua família e os demais Terena só perceberam o confinamento quando a viúva de Antônio Bueno vendeu a fazenda *Pokoó*. Após o cercamento e a proibição pelos fazendeiros dos Terena entrarem em suas terras é que os mesmos perderam a mobilidade física nas fazendas do entorno. Perderam também a possibilidade de continuar cultuando seus mortos, continuar coletando frutos silvestres que a natureza oferecia (guavira, jabuticaba, goiaba, entre outros), continuar caçando, pescando e divertindo-se nas águas que antes eram abundantes. Foram perdas culturais, cosmológicas, sociais e religiosas.

A.4) Houve esbulho de não indígenas sob as referidas áreas? Detalhar.

Respondido no quesito A.3.

A.5) Quais os nomes indígenas para as áreas litigiosas?

A fazenda Cristalina é denominada *Pokoó* pelos Terena.

A.6) Segundo a cartografia indígena, o que representam tais áreas dos pontos de vista ambiental, cosmológico e

para a reprodução física e cultural da comunidade de Taunay-Ipegue?

Conforme a resposta do quesito A.3, a perda de mobilidade nas áreas das fazendas Ouro Preto e Cristalina representou para os Terena perda de parte de seu território tradicional, no qual produziam coletas, caça, pesca, diversão e rituais sagrados (visita ao cemitério Terena na sede da *Pokoó*). Além do que tem intervenções que só poderão ser revistas com muitos anos, como é o caso da vegetação nativa que recobria as nascentes e as vazantes, que abrigava o guaviral, o araçazal e outros frutos. A maior parte do solo das fazendas foi transformada em área de pastagem com a intervenção humana. Fechando-se em sua ilha de 6.000 hectares os Terena não têm os elementos necessários para reproduzir seu modo de ser e existir. As demais perdas são reparáveis, mesmo que demore anos, mas a conhecimento indígena, repassado pelos mais velhos aos mais novos através da oralidade e da vivência comunitária, da qual se afastam os jovens que vão trabalhar e estudar longe de suas famílias são irreversíveis.

A.7) Tais áreas integram o conjunto da ocupação originária sobre identificação no processo administrativo iniciado em 1985?

Essas áreas integram o conjunto da ocupação originária requerida no processo administrativo iniciado em 1985.

B) Há vestígios da cultura material indígena nas referidas áreas? Sendo inexistente, a

que se pode atribuir seu desaparecimento? Qual a linha de continuidade etno-histórica e antropológica entre a atual ocupação indígena e aquela anterior a 05.10.1988? Por que motivo a anterior ocupação indígena não coincide com a atual? A cultura imaterial da Comunidade Indígena de Taunay-Ipegue nos dias atuais leva em conta as áreas litigiosas?

B.1) Há vestígios da cultura material indígena nas referidas áreas?

Respondido no quesito do Juízo.

B.2) Sendo inexistente, a que se pode atribuir seu desaparecimento?

O cemitério Terena da sede da fazenda Cristalina, mencionado no quesito da Juíza, foi destruído pelo fazendeiro José Lippi, sob a alegação de que os Terena não visitavam seus mortos. Os Terena se consideram cristãos desde o século XIX, quando foram aldeados pelo Frei Capuchinho italiano Mariano de Bagnaia. Naquele contexto, muitos se converteram ao cristianismo católico e passaram a festejar santos, tais como São Sebastião, São João, São Pedro e Santo Antônio e levantar suas bandeiras. Quando Paulina Jatobá estava viva festejava São Sebastião. Segundo seu sobrinho, o ex-cacique Evandir da Silva, havia muita diversão e churrasco à vontade, no dia 20 de janeiro, dia do santo. Todo mundo participava junto na casa da festeira de São Sebastião, esposa do fazendeiro Antônio Bueno. Outros Terena como o Nazário, Estevão e o finado Inácio também foram citados por Evandir como festeiros de santos. As festas eram

sempre muito animadas (depoimento de Evandir Silva, nº 21, 22/09/2010). Os Terena católicos tinham o hábito de construir cemitério com Cruzeiro e cultuar seus mortos no Dia de Finados. Além dos católicos, havia ainda os Terena crentes, principalmente na Aldeia Bananal. O protestantismo de missão entrou na Terra Indígena Taunay/Ipegue em 1913, através da Inland South American Mission (ISAMU) e lá permaneceu até 1993. Os Terena organizaram sua própria missão evangélica, a Missão Indígena UNIEDAS – MIU, fundada em 1972 por missionários estrangeiros e por pastores Terena, formados nos Institutos Bíblicos. Com isso, pretende-se demonstrar que é muito comum ser encontrado em assentamentos terena cemitério com Cruzeiro e cruces, como foi apontado na sede da fazenda *Pokoó*, pelo Cacique Jurandir Lemes (Moura, 2001 e 2009).

Outra situação de desaparecimento foi a do guaviral que existia na mata da fazenda *Pokoó* (Cristalina), para onde os Terena se deslocavam entre os meses de novembro e dezembro para coletar a fruta. O desmatamento para a formação de pastos acabou com o mesmo.

As novas construções que tomaram o lugar das antigas, também apagaram os vestígios das construções terena. Exemplos disso são os mangueiros novos e as novas casas. Juntamente com as velhas construções desapareceram o pomar de laranja, manga e araçá, de acordo com as observações feitas pelo Cacique Jurandir Lemes durante a Inspeção.

B.3) Qual a linha de continuidade etno-histórica e antropológica entre a atual ocupação indígena e aquela anterior a 05.10.1988?

Fica estampado no rosto dos Terena a perda de seus lugares de coleta de frutas silvestres (guavira, jabuticaba e goiaba, entre outras), de seus lugares de caçada e pescaria, bem como seus lugares sagrados de culto aos mortos (cemitério de *Pokoó*). Todavia, apesar de todos os impedimentos, cercas, vazantes e nascentes degradadas e secas, os indígenas desse povo continuam ultrapassando os obstáculos para pescar nas áreas da fazenda. A memória terena reconstitui o fio de continuidade etno-histórica, cuja história é reproduzida na vida comunitária de pais para filhos. Um exemplo é a história da Lagoa do Cal. Em situação de trabalho de campo ouvi várias lideranças relatarem essa história. Segundo contam, Horta Barbosa traçou a linha da divisa no meio de uma lagoa grande utilizando o cal como matéria-prima. Conta os anciãos que até hoje se cavar no local se encontra esse elemento mineral – o cal. Todas as lideranças das aldeias, supostamente, conhecem a localização da referida lagoa. A memória guardada por cada ancião e repassada aos mais velhos é o principal meio de transmissão dos conhecimentos indígenas. Quando morre um ancião, os professores dizem que se perde uma enciclopédia.

Taunay/Ipegue na atualidade tem 105 anos de demarcação e muitos dos Terena vivos acompanharam presencialmente as mudanças pelas quais passaram as paisagens internas e externas a essa Terra Indígena. Muitos fatos foram vividos por essas pessoas

que lutam pela ampliação de seu território. Por isso, esse momento de luta é mais uma situação de aprendizagem para as crianças Terena que no futuro ajudarão seu povo a se organizar e a fortalecer sua identidade étnica.

B.4) Por que motivo a anterior ocupação indígena não coincide com a atual?

Respondida no quesito do Juízo sobre o esbulho produzido pelos fazendeiros, legitimado e legalizado pelo Estado de Mato Grosso.

B.5) A cultura imaterial da Comunidade Indígena de Taunay-Ipegue nos dias atuais leva em conta as áreas litigiosas?

Respondido no quesito da FUNAI B.3.

C) As interferências humanas nas áreas litigiosas são de molde a impossibilitar a ocupação tradicional indígena da Comunidade de Taunay-Ipegue? Qual o atual modo de apropriação espacial e de produção de bens dos indígenas da Comunidade Terena de Taunay-Ipegue? A reprodução física e cultural dos indígenas da Comunidade Taunay-Ipegue sofreu influência do modo de produção regional? Em caso positivo, que influencia é esta? Em que medida o atual modo de produção de bens culturais e materiais da comunidade Taunay-Ipegue, segundo sua visão de mundo (mundividência) e seus usos, costumes e tradições, possui traços dessa influência?

C.1) As interferências humanas nas áreas

litigiosas são de molde a impossibilitar a ocupação tradicional indígena da Comunidade de Taunay-Ipegue?

Afirmamos nos demais quesitos, que algumas interferências humanas foram desastrosas para o modo de ser e de existir Terena. Por exemplo, destacamos a devastação do cerrado que produzia guavira, jabuticaba, bocaiúva, goiaba doce e goiaba araquá, frutas das quais se alimentavam os indígenas. Além do alimento, essas coletas proporcionavam a sociabilidade entre os indígenas que se organizavam em grupos para realizar a incursão. O desmatamento produziu o recuo dos animais de caça para outros lugares, bem como contribuiu para o desaparecimento dos cursos de água (córregos, vazantes, minas). Os Terena estão sendo confinados em sua área de 6.000 ha e têm que reorganizar todo o seu modo de conviver uns com os outros e com a natureza. Buscam refletir sobre as queimadas, apesar de ainda ser uma técnica usada por algumas famílias e os caciques tem que respeitar as mesmas. Buscam inovações tecnológicas para tornar suas pequenas áreas mais produtivas. Buscam parcerias, além da FUNASA, para cavar novos poços artesianos para abastecer suas comunidades, principalmente na época da seca. Buscam soluções para conviver com o crescimento populacional em suas aldeias. Enfim, muitas alterações estão sendo feitas para que possam se arranjar no diminuto território que lhes restou. Sem a ampliação da área os Terena serão paulatinamente coagidos e confinados a sobreviver nas suas “ilhas” rodeadas por cercas, pastos e guardiões da propriedade privada.

C.2) Qual o atual modo de apropriação espacial e de produção de bens dos indígenas da Comunidade Terena de Taunay-Ipegue?

Os Terena mais instruídos nos códigos brasileiros procuram participar e disputar espaços sócio-políticos internos às suas Terras Indígenas com os membros da sociedade nacional com quem estão em contato permanente. Fazem questão de possuir os documentos *indígenas* e os documentos *brasileiros*: Carteira de Identidade Indígena da FUNAI, Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e Certidão de Reservista. O conhecimento dos padrões culturais terena e brasileiros e de seus respectivos espaços sócio-políticos qualifica as lideranças Terena, interna e externamente às suas aldeias, a conquistar espaços políticos. Atualmente, os indígenas estão presentes e atuantes em vários espaços sócio-políticos nas aldeias e nas cidades próximas àquelas: hospitais, postos de saúde, polícia militar, exército, aeronáutica, escolas municipais e estaduais, universidades, administrações regionais e locais da FUNAI, entre outros.

Esses indivíduos têm consciência de pertencer a uma minoria étnica, com padrões culturais distintos; entretanto, sentem necessidade de conquistar espaços interculturais, fora de suas fronteiras, uma vez que suas Terras Indígenas estão cada vez mais limitadas produtivamente e sua população aumentando significativamente. Na década de 1980, a exemplo de outras etnias indígenas no Brasil, iniciaram várias frentes de luta com o objetivo de ampliar

suas Terras Indígenas. Suas tentativas objetivam recuperar parte das áreas no entorno de suas aldeias, nas quais sempre estiveram presentes através de incursões para desenvolver atividades de caça, pesca, coleta de frutos silvestres, ou mesmo realizar seus rituais (Eremites de Oliveira & Pereira, 2003; Azaña, 2004; Isaac, 2004).

Vejam os alguns dados atuais sobre essa etnia, cuja maioria populacional localiza-se atualmente no Estado de Mato Grosso do Sul, para conhecermos suas criativas estratégias para preservar sua identidade étnica e ao mesmo tempo inserir-se nos espaços sócio-políticos da sociedade brasileira.

O Crescimento demográfico e a luta pela ampliação das Terras Indígenas

A população indígena no estado do Mato Grosso do Sul é a segunda maior do Brasil, só perdendo para o Amazonas. São aproximadamente cinquenta e três mil indígenas, sendo que os Terena estão em torno dos vinte mil habitantes (FUNASA, 2008). O povo Terena está distribuído em índios aldeados e não-aldeados. Os aldeados vivem em Terras Indígenas reconhecidas pelo estado nos municípios de Aquidauana, Anastácio, Miranda, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Dourados, Nioaque e Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul; além de duas aldeias no estado de São Paulo e uma em Mato Grosso, conforme os mapas apresentados no início do texto e nos anexos (constantes na versão original do relatório entregue à Justiça Federal). No estado de Mato Grosso situam-se numa Terra Indígena

doadas pelo governo estadual (Isaac, 2004). E no estado de São Paulo estão nas Terras Indígenas de Vanuie e Icatu (Assis, 1979).

Em Mato Grosso do Sul, os Terena produziram duas modalidades de aldeamento: urbano e o rural. Estamos designando aldeamento rural as Terras Indígenas e aldeamentos urbanos as “aldeias” ou “bairros” localizadas nas cidades. Os aldeados em áreas urbanas estão organizados em Campo Grande, capital do estado (Aldeia Marçal de Souza e mais outras quatro), no município de Anastácio (na Aldeia Aldeinha)¹ e em Sidrolândia (Aldeia Tereré). Todavia, é importante salientar que a mobilidade de indivíduos e famílias Terena no território brasileiro é intensa, ao ponto de nos depararmos com indivíduos dessa etnia em vários estados do país. Talvez possamos afirmar que os atuais Terena são o resultado de vários encontros entre os povos Aruak e outros grupos étnicos indígenas e não-indígenas e sua etnicidade é um construto resultante desses diversos contatos. Contudo, alguns elementos ainda os identificam com a família linguística Aruak, principalmente a característica de abertura para a exterioridade e a diplomacia.

Na Terra Indígena de Taunay/Ipegue, a população geral totaliza quatro mil setecentos e vinte e quatro (4.161) habitantes (FUNASA, 2010)². As aldeias são atendidas

¹ Aldeinha é a primeira aldeia urbana do Brasil. Em 1933 foi fundada por um grupo de Terena que se deslocavam da Aldeia de Buriti para a Aldeia de Cachoeirinha devido a conflitos internos. Em 1965, com a criação do município de Anastácio (antiga Margem Esquerda do Rio Aquidauana, município homônimo ao rio), a Aldeia fora impactada pelo processo de urbanização. Em 1986, sentindo-se ameaçados pela possibilidade de desterritorialização, os Terena se organizaram aos moldes de uma aldeia rural (Moura, 1994).

² O banco de dados da FUNASA é uma importante fonte de pesquisa. Em cada unidade de saúde instalada nas aldeias consta uma pasta documental de cada família indígena na qual

por dois Postos Indígenas da FUNAI. Sob os auspícios do Posto Indígena de Taunay estão as aldeias Bananal, Lagoinha, Água Branca, Morrinho e Imbirussú, enquanto o Posto Indígena de Ipegue atende as aldeias Ipegue e Colônia Nova.

Aldeia Bananal

Bananal (*Pânana*) sempre foi a Aldeia modelo do Estado brasileiro, principalmente na década de 1970, durante a ditadura militar. Esse nome lhe foi dado por ter sido encontrada naquela região a bananeira nativa, até então desconhecida dos Terena (*Itatane Vapeyea*, 1990: 33). De acordo com Altenfelder Silva (1949) e Vargas (2003), o primeiro capitão (cacique) de Bananal, reconhecido pelo SPI, foi o índio Manoel Pedro. Manoel Pedro chefiava a aldeia desde o período anterior à passagem de Rondon e sua comitiva. Em 1905, o general Rondon juntamente com o capitão demarcou oficialmente as terras da referida Aldeia. A mesma versão é recorrente entre os anciãos habitantes na Terra Indígena, embora tenhamos recebido do ex-cacique Manoel de Souza Coelho uma listagem de caciques que administraram a aldeia desde o ano de 1887. A lista está dividida em caciques escolhidos na *Tradição Indígena* e os escolhidos através da eleição. Todavia, a listagem contém os nomes e quantos anos o cacique liderou a comunidade, mas não identifica os anos de sua administração.

Da lista apenas José Caetano Tavares (*Kali-*

são anotados cotidianamente óbitos e nascimentos. Todas as aldeias têm uma unidade de saúde. Os agentes residentes nas aldeias são indígenas. As equipes médica e odontológica são volantes.

Sini), ao qual nos reportamos acima, e Manoel Pedro, seu substituto, permaneceram no poder até sua morte. Entre os demais que ficaram por mais tempo na liderança destacaram-se Marcolino Wolili (*Kayánae*), vinte anos e Tibúrcio Francisco, por dez anos. Os outros caciques ficaram de um a cinco anos³. A Aldeia Bananal é a sede do Posto Indígena Taunay, cuja denominação é homônima a do distrito Taunay, no qual se instalara a estação da Empresa Ferroviária Noroeste do Brasil (NOB), atualmente Novoeste. Teria sido daquela Aldeia que saíram algumas famílias Terena, na década de 1930, para a reserva (Terra Indígena) de Dourados.

Os Terena foram tidos como os civilizados e civilizadores de outras etnias pelo Estado brasileiro, durante todo o século XX. No período da ditadura militar, os Terena de Bananal receberam iluminação elétrica. Sua população era reconhecida, pelo governo federal, como exemplo para as demais etnias. É perceptível o destaque populacional de Bananal e Ipegue em relação às demais aldeias. Podemos dizer que são as principais aldeias da respectiva Terra

3 Registrado aqui tal como está na íntegra: 1º José Caetano Tavares (Kali Sini) – até a morte; 2º Manoel Pedro (Manuê) – até a morte; 3º João Vitorino – pouco tempo; 4º Imbilino Candido – pouco tempo; 5º Paulo Marques Lili (Kápava) – 1 ano; 6º Antonio Lili (Ropópe) – 1 ano; 7º Marcolino Volili (Kayánae) – 20 anos; 8º Antonio Aurélio Marcos (Vêeti) – 5 anos; 9º Paulo Miguel (Son-boúlu) – 1 ano; 10º José da Silva (Karápatu) – 1 ano; 11º Antonio Vicente (Pikihí) – 1 ano; 12º Tibúrcio Francisco – 10 anos; 13º Olimpio Francisco – serviu pouco tempo; 14º Bertolino Pereira – pouco tempo; 15º Bonifácio Hortêncio (Buni) – pouco tempo; 16º Modesto Pereira (Umbu) – 1 ano. Foi o primeiro Cacique eleito; 17º Felix Pio – 1 ano e 2 meses; 18º Celso Fialho – 4 anos; 19º Enedino Silva (Bolão) – 4 anos; 20º Manoel de Souza Coelho – 3 anos; 21º Maurício Candido (Itinho) – 4 anos; 22º Arilson Candido (Gordo) – 4 anos; 23º Carlos Hortêncio (Carlinhos) – atual Cacique eleito em 2007. Documento organizado por Manoel de Souza Coelho, datilografado até o vigésimo Cacique e complementado até a atualidade no dia 15 de janeiro de 2008.

Indígena, por serem as mais antigas e por sediar as representações locais da FUNAI. Entretanto, cada Aldeia é autônoma, em nada dependendo das demais.

A Aldeia Bananal está dividida geograficamente em vilas – Vila Sobrinho, Vila Mariano, Vila Jaraguá e Centro –, assemelhando-se aos padrões arquitetônicos da cidade de Aquidauana. As famílias, pelo que observamos, estão distribuídas em espaços circunscritos nas vilas. De acordo com a Planta da Aldeia, desenhada pelos professores indígenas, cada espaço está devidamente marcado pelos prédios públicos. Entre as residências, em sua maioria de alvenaria, destacam-se os prédios da Escola Municipal Marechal Rondon, o Posto Indígena Visconde de Taunay, o Posto de Saúde, a Rádio Comunitária e as igrejas cristãs.

A escola oferece a educação básica completa e a maioria dos indígenas em idade escolar a frequentam e concluem os estudos. Os professores das séries iniciais (as quatro primeiras séries do antigo ensino fundamental) são indígenas e desenvolvem, da maneira que podem, uma educação bilíngue. Os professores das demais séries são na sua maioria não-índios. Os últimos deslocam-se da cidade de Aquidauana ainda de madrugada para cumprir o expediente, ou seja, a partir das sete horas da manhã (7h). Tomam a Kombi por volta de 04h30min. para chegarem no horário. Voltam ao final do expediente do turno vespertino. Os professores indígenas ressaltaram que a situação só mudará quando alunos indígenas passarem no vestibular, conseguirem

permanecer na universidade e, depois de formados, assumirem as aulas nas aldeias. O grande desafio, segundo os informantes, não é concorrer ao vestibular, mas assegurar as mínimas condições de moradia, alimentação, vestimentas e materiais escolares para a conclusão do curso. Algumas famílias que passaram pela experiência dizem não ser possível para a maioria das famílias assegurarem um curso universitário aos seus membros. Dessa forma, adia-se cada vez mais o sonho de ter um quadro majoritariamente indígena nas escolas das aldeias.

O Posto Indígena está também situado no centro da Aldeia, quase em frente à Escola Municipal e bem próximo ao Posto de Saúde. O chefe do posto do órgão indigenista, atualmente denominado Representante Local da FUNAI, é um funcionário Terena, remunerado por esse órgão, que intermedia as negociações entre as aldeias circunscritas em sua área de atuação e registra a parte escriturária de cada unidade política na Terra Indígena. Os registros de óbitos, nascimentos, autorizações para abertura e funcionamento de igrejas, autorizações para os deslocamentos Terena das aldeias e toda a documentação recebida e enviada fica ali arquivada. Segundo os caciques, o chefe é um funcionário do governo, enquanto a liderança de fato e de direito é exercida por eles em cada uma das suas aldeias. Essas aldeias são construções terena e nascem a partir da vontade política de suas lideranças.

Os caciques são eleitos para um mandato de quatro anos através de eleição direta. Os eleitores são todos os Terena aptos às eleições da sociedade brasileira. Um dos

documentos apresentados é a Carteira Indígena da FUNAI. Nas últimas eleições em Bananal a disputa foi acirrada e o cacique eleito – Arilson Cândido – ganhou por um voto de diferença de seus opositores. Essa disputa, pelo que observamos, divide muito a aldeia, uma vez que ao se finalizar o pleito os candidatos perdedores continuam fazendo oposição ao cacique eleito. Por sua vez, a liderança tem que aglutinar forças em torno de si para desenvolver sua plataforma política.

O Posto de Saúde (PS) é uma unidade administrativa subvencionada pela FUNASA/Missão Evangélica Caiuá. A estrutura do serviço de saúde da Aldeia Bananal hoje conta com 01 posto de saúde em prédio improvisado onde são realizados os atendimentos médicos e odontológicos, conta ainda com um aparelho de rádio transmissor integrando-a com o Pólo Base e as demais aldeias do município. A estrutura de saneamento da Aldeia Bananal conta com dois postos artesanais. No primeiro a vazão é de três mil litros/hora; e o outro de sete mil litros/hora. Possui uma rede de abastecimento de água de aproximadamente cinco mil metros (Pires, 2003).

O atendimento à saúde indígena terena nem sempre foi assim. Nas décadas anteriores à de 1990, muitos indígenas morreram pela ausência de uma política pública de saúde para essas populações marginalizadas. A descontinuidade das ações e a carência de profissionais fizeram com que muitas comunidades até então alheias ao processo de reivindicação de seus direitos se mobilizassem de diversas maneiras para

garanti-los, desde os anos de 1970. Através de suas associações, constituídas para adquirir conhecimento e controle sobre as doenças e agravos de maior impacto sobre sua saúde deram origem a processos locais e regionais de capacitação de agentes indígenas de saúde e/ ou valorização da medicina tradicional indígena, com a participação das diversas instituições envolvidas com a assistência da saúde indígena.

A população de Bananal contou com o conhecimento e auxílio para assistência à saúde das Irmãs Lauritas, na década de 1990. Essa Congregação ligada à Igreja Católica ainda hoje é lembrada pelas lideranças. De acordo com Pires (2005), o cacique Enedino da Silva e o chefe do posto Joãozinho da Silva ressaltam, em agosto/1996, através de documentos, a grande importância daquela instituição na área social de evangelização e saúde, principalmente nos atendimentos como parturientes. As Irmãs resgataram juntamente com as antigas parteiras e benzedores (as) o tratamento através das ervas medicinais. A principal incentivadora era a Irmã Laurita Lucila, atualmente residente em Miranda-MS, autora de dois livros sobre medicina natural. A medicina natural era um recurso amplamente usado pelos xamãs Terena (*koixomuneti*), portanto havia uma estreita ligação entre o catolicismo e o xamanismo.

Após muitas discussões em torno da saúde indígena brasileira, com ampla participação de várias etnias indígenas, em fevereiro de 1991 o Decreto Presidencial nº 23 transferia para o Ministério da Saúde a Coordenação de Saúde do Índio (COSAI), subordinada ao

Departamento de Operações da Fundação Nacional de Saúde (DEOPE), com atribuição de programar um novo modelo de saúde indígena no país. No mesmo ano o Conselho Nacional de Saúde (CNS) criou a Comissão Intersetorial de Saúde do Índio (CISI) para assessorar o CNS na elaboração de princípios e diretrizes de políticas governamentais no campo da saúde indígena, inicialmente sem representação indígena, sendo posteriormente reformulado e aberto aos indígenas, que ocuparam quatro das onze vagas existentes (Pires, 2003).

Desde então a FUNASA e a FUNAI dividiram a responsabilidade acerca da saúde indígena, executando, cada uma, parte das ações de forma fragmentada e conflituosa. Ambas estabeleceram parcerias com os municípios, as organizações indígenas, organizações governamentais e não-governamentais (ONGs), as universidades e as missões religiosas. Os convênios celebrados, no entanto, tinham pouca definição de objetivos e metas a serem alcançados e de indicadores de impactos sobre a saúde da população indígena. Em algumas regiões, onde a população indígena tem um relacionamento mais estreito com a população regional, caso dos Terena de Mato Grosso do Sul, nota-se o aparecimento de novos problemas de saúde relacionados às mudanças introduzidas no seu modo de vida, especialmente, na alimentação: hipertensão arterial, diabetes, câncer, alcoolismo e a depressão são problemas frequentes em diversas comunidades (Pires, 2003).

A lembrança de um passado difícil e de precária assistência à saúde indígena estava

presente na memória do curandeiro Terena Eloy Pereira⁴:

Antigamente a aldeia Bananal era bem abandonado, negócio de saúde, não existia nenhuma assistência médica, na época do Serviço de Proteção ao Índios (S.P.I) Ministério da Agricultura. Primeiro médico que chegou aqui foi a turma do SUSA, é, que tira chapa do pulmão, né. Aí naquela época do Bananal já tinha morrido muita gente, não chegava quatrocentos habitantes, eu que fazia o levantamento. Como chama? Ah, censo, eu que fazia; não chegava 400 porque morria muita gente, quase metade tapera. Assim não tinha mais gente morador, chegou e achou 78 tuberculoso, o que matava o índio era Tuberculose, aí procuravam um voluntário para trabalhar, como já gostava; porque em 1953 eu fiz curso em Aquidauana, enfermagem. Um cursinho, né. Aí como tinha vontade apresentei voluntário, trabalhei. Cada tuberculose 90 injeções, não me lembro quantos, mais eu sei que 12 comprimidos dia em 90 dias; aí aqueles 78 índios não morreu nenhum, recuperaram saúde tudinho. (Igreja UNIEDAS de Bananal, Depoimento de Eloy Pereira, em 28/01/03, *apud* Moura, 2001).

Atualmente, a FUNASA continua fazendo a assistência aos Terena. E toda a equipe de agentes de saúde é formada por índios moradores das aldeias. Isso, segundo os próprios habitantes, facilita o contato que é feito por rádio amador com as outras aldeias e com a central em Aquidauana. Qualquer

⁴ Eloy Pereira foi auxiliar de enfermagem e atualmente está aposentado pela FUNASA. Foi um dos participantes do grupo de saúde das Irmãs Lauritas e fala em patentear alguns remédios homeopáticos desenvolvidos juntamente com sua esposa. Terena e evangélico da UNIEDAS, nem por isso deixou de acreditar na eficácia da sabedoria dos antigos no trato com as plantas curativas.

emergência “*a gente passa rádio para Aquidauana e vem a ambulância buscar o paciente*”, nos informou a atendente Rose Luiz, do Posto de Saúde da Aldeia Bananal.

Nas aldeias sedes foram implantadas duas rádios comunitárias, através das quais os Terena se informam dos acontecimentos internos e externos. Nas duas últimas etapas de trabalho de campo falamos aos ouvintes Terena nas rádios de Bananal e Ipegue. Esse contato foi interessante porque ao chegarmos às casas das lideranças religiosas elas sabiam quem nós éramos e alguns dos objetivos de nossa pesquisa. Esse é mais um dos recursos não-indígenas apropriados e adequados às necessidades das aldeias. Um dos objetivos das rádios é servir como instrumento de potencialização das vozes Terena, desde o cacique ao ouvinte que mora no final da aldeia, distante do centro. Segundo os indígenas, a programação da rádio vem ao encontro dos anseios da comunidade e é uma forma de ampliar a interação entre os moradores. No entanto, se cada aldeia tiver a sua rádio comunitária, ela deixará de ser uma ferramenta para integrar as aldeias dessa área indígena, pois cada uma vai ter a sua programação específica acessível somente para aquela localidade. Percebemos que há uma concorrência entre as aldeias no sentido de aparelhar-se para oferecer o melhor para sua comunidade. Isto é interessante porque fomenta a ampliação de benefícios, mas ao mesmo tempo, obstrui a comunicação e integração do povo Terena.

Cada aldeia Terena tem o seu conjunto de igrejas cristãs. Em Bananal são cinco igrejas: Igreja Católica do Sagrado Coração,

Igreja da União das Igrejas Evangélicas da América do Sul, Igreja Independente Indígena Renovada, Igreja Assembléia de Deus e a Igreja Pentecostal Redenção Eterna. Cada uma dessas Igrejas tem um responsável que interage com a comunidade indígena e a sociedade brasileira.

Aldeia Ipegue

Ipegue (*Ipeakaxoti*) é uma das primeiras aldeias que têm sua área demarcada pelo engenheiro militar Nicolau Horta Barbosa, sob ordens do general Cândido Mariano Rondon, em 1905. Seu nome significa “ninhão onde as aves estão trocando suas penas”, segundo o Professor Jonas Gomes (*Itatane Vapeyea*, 1990:27). A aldeia encontra-se circundada pelas fazendas vizinhas ao leste, norte e oeste. Ao sul, faz divisa com a aldeia Bananal. Documentalmente, toda a área demarcada, no início do século passado, denominava-se Ipegue. Todavia, a criação de novos espaços geográficos e administrativos é uma constante entre os Terena.

Pelo exposto, poderíamos deduzir que a Aldeia Bananal não existia. Entretanto, nos relatos Terena, Bananal existiu desde o século XIX. O fato é que os habitantes indígenas de Bananal só reivindicaram o *status* de aldeia quando o SPI começou a política de instalação dos Postos Indígenas em 1918. Até então não achavam necessário elevar uma administração à parte de Ipegue, conforme ouvimos deles mesmos. Só no século XX tomaram essa medida, exigindo inclusive um Posto Indígena na Aldeia Bananal. Ipegue, sob a administração

do Capitão Tavares⁵, fora reconhecida por Rondon como a sede da Reserva. Atualmente essa posição é ocupada por Bananal, que se tornou a aldeia referência. Os que desconhecem as denominações oficiais se atrapalham na localização da Terra Indígena Visconde de Taunay/ Ipegue. Na visão oficial da FUNAI existe apenas uma Terra Indígena, mas para os Terena existem duas. Fomos corrigidos pelo cacique de Bananal em 2007, Arilson Candido, que nos advertiu serem duas terras: a de Taunay e a de Ipegue. A princípio, levantamos a hipótese que os conflitos religiosos levaram os Terena crentes de Bananal a exigir a separação dos católicos de Ipegue, mas ao final da pesquisa tendemos a acreditar nas disputas estabelecidas entre *troncos velhos*. Ou seja, é uma prerrogativa da organização social Terena a fundação de novas aldeias e o surgimento de novas lideranças (Vargas, 2003; Eremites de Oliveira & Pereira, 2003; Azanha, 2004; Isaac, 2004).

A Aldeia Ipegue não difere muito da Aldeia Bananal. Possui duzentas e nove residências distribuídas entre as Vilas Baixadão, São domingos, Carandá, Flores e Centro, totalizando 944 habitantes (FUNASA, set./2010). Geralmente, as famílias constituem um núcleo de parentela centrado em torno de um tronco velho aglutinador. Os prédios institucionais como a escola, o Posto de Saúde e o Posto da FUNAI localizam-se

5 José Caetano Tavares era Cacique Geral, ou seja, comandava toda a Reserva de Ipegue. A divisão de dois Caciques, um para Ipegue e outro para Bananal, ocorreu após a criação dos Postos Indígenas Taunay (Bananal) e Ipegue.

no Centro, na Rua Principal. Tal como em Bananal, a Escola Municipal Feliciano Pio oferece a Educação Básica e a Educação Infantil.

A disposição das igrejas cristãs protestantes é a mesma da Aldeia Bananal. Os templos ficam localizados no terreno doado por um de seus fundadores, como é o caso da Igreja Filadélfia, Igreja Presbiteriana, Igreja Assembléia de Deus, enquanto a Igreja Católica localiza-se no Centro, na Rua Principal, desde 1932. Possui os mesmos locais públicos e uma população menor. Uma diferença talvez mais acentuada estivesse na menor influência do protestantismo entre os habitantes dessa última aldeia. Talvez seja esse um dos motivos da demora ao acesso à educação escolar de ensino médio em Ipegue. Os crentes de Bananal frequentavam a *Escola Evangélica Lourenço Buckman* que, segundo famílias católicas, atendia aos não-crentes que pudessem custeá-la. Essa instituição era privada e, portanto, alguns católicos que se habilitassem a pagar pelo estudo de seus filhos podiam acessá-la. Hoje, a Escola Evangélica, cuja sede continua sendo no Distrito de Taunay, atende somente famílias evangélicas e está se infra-estruturando para formar os pastores indígenas de todas as etnias evangelizadas pelos missionários Terena.

O protestantismo de missão, cuja preocupação central é o aprendizado da leitura e da escrita para melhor aprendizagem da Bíblia, não prosperou em Ipegue. Atualmente, os protestantes da UNIEDAS afirmam que o Evangelho está impedido pela forte presença de espíritos naquela área.

Ou seja, a atuação de purungueiros (as) e benzedores (as) é muito presente na Aldeia. Isso dificulta, segundo os evangélicos, a entrada do Cristianismo não-católico que sempre fora contrário às manifestações da religiosidade Terena – o Xamanismo. Perpetua-se o catolicismo dirigido pelos próprios Terena. Apesar de em Bananal continuar existindo xamãs e rituais, o culto ao Evangelho é hegemônico. Essa temática será mais explorada nos capítulos sobre o campo religioso no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Por enquanto, cabe-nos dizer que, apesar de protestantismo e catolicismo serem originários do Cristianismo, ambos dialogam diferentemente com o Xamanismo Terena, nas Aldeias de Bananal e Ipegue. Entre o xamanismo e o protestantismo de missão não havia diálogo inter-religioso. Voltaremos mais adiante a este assunto.

Na última eleição para cacique em Ipegue, cinco candidatos concorreram ao pleito. Os quatro candidatos perdedores formaram seus grupos ao invés de comporem com a atual liderança. São no entendimento do cacique eleito seus opositores cotidianos. A disputa política com base na eleição para cacique foi recentemente institucionalizada pelos Terena. Foram eles que optaram por tê-la como forma de escolha do representante do povo de cada aldeia Terena. É uma *adaptação criativa* da disputa partidária nos âmbitos municipal, estadual e federal da sociedade brasileira. Um desdobramento da participação efetiva dos Terena, com candidaturas próprias, nas disputas realizadas na sociedade brasileira. É um exemplo do processo de politização da população Terena em contato contínuo com

os não índios brasileiros desde a criação das Reservas Federais no antigo Mato Grosso.

As disputas eleitorais internas às Aldeias Terena são termômetros para as disputas municipais. Pelas informações obtidas na Aldeia de Ipegue, os cinco candidatos receberam apoio do então Prefeito de Aquidauana. Da mesma forma, em relação às disputas externas tornam-se visíveis os cartazes de candidatos políticos que disputaram as últimas eleições estaduais dispostos nas paredes das residências. Fernanda Carvalho (1996: 34) destacou a política partidária como um dos “muitos problemas referentes à política interna nas aldeias do PI Taunay”, na década de 1980. Afirmou que grupos adversários se chocavam frequentemente devido à dupla chefia existente na Aldeia de Bananal. Assinalou o ano de 1986, como exemplo dessa contradição, no qual a FUNAI reconheceu dois chefes de posto para aquela aldeia.

Os Terena atuais, pelo que pudemos perceber, foram paulatinamente tomando consciência de seu lugar social na sociedade brasileira. A partir desse movimento foram traçando novas estratégias políticas para ocupar novos espaços sócio-políticos. Foi dessa forma que se apropriaram do Cristianismo.

C.3) A reprodução física e cultural dos indígenas da Comunidade Taunay-Ipegue sofreu influência do modo de produção regional?

Tal como os Terena foram influenciados pelos regionais os segundos foram influenciados

pelos indígenas. A convivência estreita de grupos culturais diferentes produz trocas e apropriações de ambos os lados. Os Terena, com sua comercialização de legumes (maxixe, quiabo, abóboras, feijão de corda ou feijão miúdo), de frutas (guavira, jaboticaba, manga), raízes (mandioca, batata-doce, cará), artesanato (utensílios domésticos e enfeites para casa, feitos de cerâmica; abanicos da palmeira carandá, colares e pulseiras de sementes variadas) e milho verde imprimiram nos demais habitantes indígenas e não indígenas novos gostos alimentares e decorativos. A paciência e a diplomacia terena também são exemplos políticos interessantes.

Em contrapartida, aprenderam com os regionais a falar o português, a construir cercas de arame, a lapinar madeiras, estudar em escolas, buscar a cura através da alopatia. Aprenderam a dominar os códigos do direito, da economia e da administração. Em suas associações exercitam a burocracia. Enfim, muitas são as trocas culturais e as adequações produzidas.

C.4) Em caso positivo, que influência é esta?

Respondido no quesito C.3.

C.5) Em que medida o atual modo de produção de bens culturais e materiais da comunidade Taunay-Ipegue, segundo sua visão de mundo (mundividência) e seus usos, costumes e tradições, possui traços dessa influência?

Por estar em constante contato com a cidade os povos indígenas apresentam traços de influência da cultura nacional, porém permanecem fazendo o uso de suas próprias manifestações culturais. Os Terena adquirem bens domésticos e tecnológicos, tais como celular, rádios, aparelhos de som, televisão, computador, entre outros produtos; vestem e calçam os mesmos produtos que os regionais ao mesmo tempo que vestem suas roupas tradicionais, bem como seus ornamentos em suas festas; participam de cultos e missas nas igrejas de suas comunidades ao mesmo tempo que participam de rituais xamânicos com purungueiros, benzedores, curandeiros, fazedores de simpatias, levantam bandeiras de santos e fazem festas para os mesmos; jogam futebol, mas também dançam o Bate-Pau; apreciam os ritmos musicais regionais, nacionais e internacionais, porém entoam hinos e outros cantos em terena.

Dourados-MS, 17 de outubro de 2010.

Profª. Dra. Noêmia dos Santos Pereira
Moura

Assistente Técnica da FUNAI

Referências Bibliográficas

ALTENFELDER SILVA, Fernando. 1949. Mudança cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, 3: 271-380.

ASSIS, Edgar C. de. 1979. *A alternativa dos vencidos: índios Terena no Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

AZANHA, Gilberto. 2005 [2004]. *As Terras Indígenas Terena no Mato Grosso do Sul*.

Revista de Estudos e Pesquisas, Brasília, 2 (1): 61-111.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1976. *Do Índio ao Bugre: O Processo de Assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

CARVALHO, Fernanda. 1996. *Koixomuneti e outros curadores: Xamanismo e práticas de cura entre os Terena*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – USP, São Paulo.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge & PEREIRA, Levi M. 2003. *Perícia antropológica, arqueológica e história da área reivindicada pelos Terena para ampliação de limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos de Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Campo Grande, Justiça Federal. (não publicado)

FERREIRA, Andrey C. 2002. *Mudança cultural e afirmação identitária: a Antropologia, os Terena e o debate sobre aculturação*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Andrey C. 2007. *Tutela e resistência indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado Brasileiro*. Tese de Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.

ISAAC, Paulo Augusto M. 2004. *Modo de existir Terena na comunidade multiétnica que vive em Mato Grosso*. Mestrado em Ciências Sociais/Etnologia Indígena – PUC de São Paulo, São Paulo.

LARAIA, Roque de B. 2009. *Cultura: um conceito antropológico*. 24ª. Rio de Janeiro, Zahar.

MOURA, Noêmia dos S. P. 1994. *Uma aldeia*

Terena Urbana: Aldeinha. Monografia de Especialização em História da América Latina – UFMS, Aquidauana.

MOURA, Noêmia dos S. P. 2001. *UNIEDAS: O símbolo da apropriação do Protestantismo Norte-Americano pelos Terena Crentes (1972-1993)*. Dissertação de Mestrado em História – UFMS, Dourados.

MOURA, Noêmia dos S. P. 2009. *O Processo de Terenização do Cristianismo na Terra Indígena Taunay/Ipegue no Século XX*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – UNICAMP, Campinas.

MOURA, Noêmia dos S. P. & ZORZATO, Osvaldo. 2004. O Processo de apropriação do Protestantismo Norte-Americano pelos Terena através da UNIEDAS. In: WRIGHT, Robin M. *Transformando os Deuses: Igrejas Evangélicas, Pentecostais e Neopentecostais entre os Povos Indígenas no Brasil*. Campinas, Editora Unicamp, V. II.

PEREIRA, Levi M. 2009. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Dourados, Editora UFGD.

PIRES, Edmundo. 2003. *A assistência à saúde dos Terena da Aldeia Bananal (1990-2002)*. Monografia de Especialização em História Regional – UFMS, Aquidauana.

RIBEIRO, Darcy. 1959. Prefácio à 1ª edição. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1976. *Do Índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

RIBEIRO, Renato A. 1984. *Taboco. 150 anos: Balaio de Recordações*. Campo Grande-MS, s/e.

SGANZERLA, Alfredo. 1992. *A história de Frei Mariano de Bagnaia: o missionário do Pantanal*. Campo Grande, Editora FUCMT.

VARGAS, Vera Lúcia F. 2003. *A construção*

do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção.
Dissertação de Mestrado em História – UFMS, Dourados.